



ELLO



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XVIII - N.º 212

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

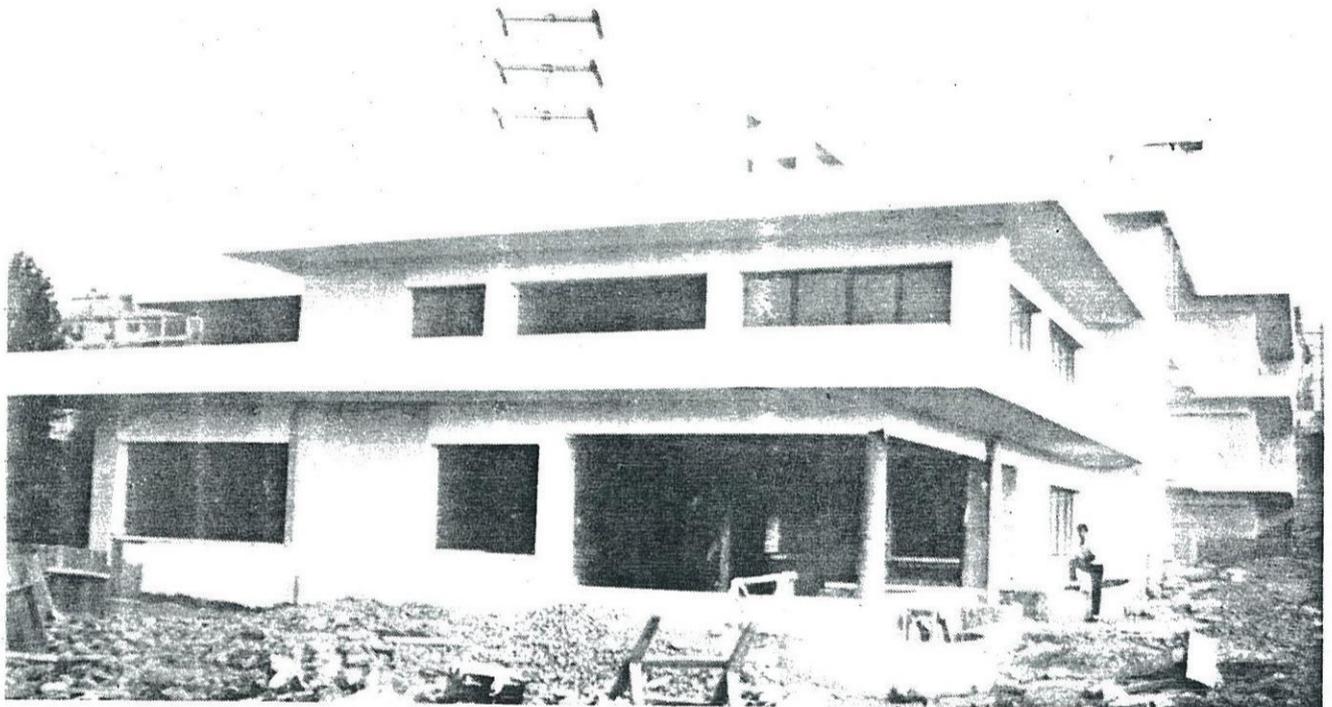
Mensário - Julho 1992 - 100\$00



Extensivo aos 70 % de incapacidade o conceito de «Grande Deficiente das Forças Armadas» — GDFA (Decreto-Lei n.º 146/92), enquanto ADFA continua a reivindicar o alargamento aos 60 %

NOVA SEDE

em fase de acabamento, reforça-se a dinâmica da campanha de angariação de fundos



18 de Julho de 1992

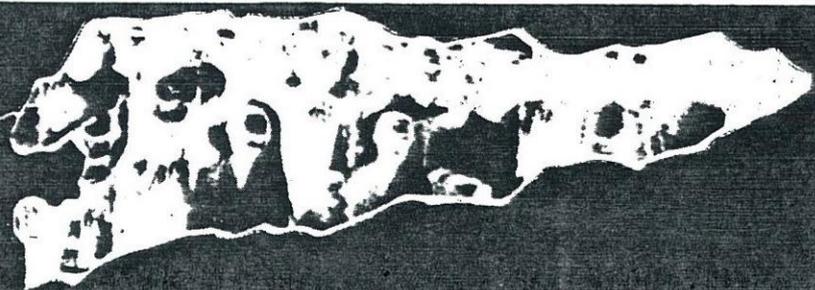
Na criação do Núcleo de Aveiras de Cima a certeza da vontade de participar

— Actividade internacional —

FMAC — após presença na Checoslováquia, ADFA participa agora em reuniões na Polónia



COOPERAÇÃO — responsável pela área dos deficientes de guerra do Ministério da Defesa de Angola visitou a ADFA



TIMOR! SEMPRE!



Visitas guiadas

Com o objectivo de mostrar o Centro aos sócios da ADFA, ir-se-ão programar visitas guiadas, através das quais se pretende apresentar o trabalho aí desenvolvido e as suas instalações.

O interesse destas visitas é maior quando estiverem concluídas algumas obras em curso, o que acontecerá durante o mês de Maio. Assim, no próximo ELO se informará do início dessas visitas e da sua organização.

Sistema de Transportes

A localização do Centro poderá criar, inicialmente, alguma dificuldade no acesso dos utentes.

Assim e para obviar a estas dificuldades, vão ser implementadas duas estratégias:

1. Informação largamente difundida da localização do Centro e do sistema de transportes públicos do «Grande Porto» para lá;
2. Organização de um sistema de transporte próprio para servir sobretudo as populações residentes na zona oriental do «Grande Porto», nos seguintes moldes:

Ligação diária.
Para profissionais e formandos:

PORTO (ADFA) 8H30	ARCOZELO PORTO 9H/17H 17H30
----------------------	--------------------------------

Para utentes:

ADFA 9H30 14H00	ARCOZELO 10H/12H30 14H30/17H00	13H00/17H30
-----------------------	--------------------------------------	-------------

Ligação nos dias da consulta no HMR 1 (para sócios da ADFA):

A carrinha levará os sócios, do HMR 1 para o Centro e colocá-los-á de novo na Delegação da ADFA, após a conclusão do trabalho ali a fazer.

Av. João Paulo II 4405 VALADARES
Arcozele Tel. (02) 762 77 86



Este mês especial destaque para a publicação, no «Diário da República», de 21 de Julho, do Decreto-Lei n.º 146/92, do Ministério da Defesa Nacional.

O Governo entendeu ser legítima e justa a adopção de medidas que atenuassem as grandes dificuldades com que se defrontam os portadores de deficiências graves resultantes do cumprimento do dever militar e não abrangidos pelo regime jurídico dos deficientes das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro).

Neste sentido, consagrou-se no Decreto-Lei n.º 314/90, o regime de benefícios a atribuir aos considerados grandes deficientes das Forças Armadas (GDFAS).

Permanecendo atento àqueles que mais carecem do apoio do Estado e fiel ao propósito de promover a reabilitação e a integração social dos GDFAS, o Governo alarga o âmbito do mencionado diploma aos deficientes com incapacidade igual ou superior a 70 por cento.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. O artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 314/90, de 13 de Outubro, passa a ter a seguinte redacção:

1 — É considerado grande deficiente das Forças Armadas (GDFAS) o cidadão que, no cumprimento do dever militar e não abrangido pelo Decreto-Lei n.º 43/73, de 20 de Janeiro, adquiriu uma diminuição, permanente na sua capacidade geral de ganho, da qual resulte passagem à situação de reforma extraordinária ou atribuição de pensão de invalidez nos termos do n.º 2 do artigo 118.º e dos artigos 127.º e seguintes do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, e cuja desvalorização seja igual ou superior a 70%.

2 — Para efeitos do número anterior, são automaticamente considerados GDFAS os militares cuja desvalorização, já atribuída ou a atribuir pela junta médica da Caixa Geral de Aposentações, é igual ou superior a 70%.

Com a saída deste Decreto-Lei aproveita-se para recordar que a luta da ADFA pelos deficientes militares em serviço é tão antiga quanto a sua própria existência, aliás de forma bem patente na filosofia que subjazeu à proposta de projecto legislativo que, em contravenção com aquele documento, originou a publicação do DL n.º 43/76.

Vencida, na altura, a ADFA nunca arredou da sua reivindicação o direito a uma justa e digna compensação aos militares deficientes em serviço, de modo muito especial os portadores de grandes deficiências. O processo que culminou com a criação da figura jurídica de GDFA — Grandes Deficientes das Forças Armadas, evoluiu com mais intensidade, perspectivada abertura para tal por parte dos poderes instituídos, em Março de 1990 com a apresentação, pela ADFA, de uma proposta que abrangesse os defi-

cientes militares em serviço com grau de incapacidade igual ou superior a 60%. Nesse mesmo ano, o Decreto-Lei 314/90, de 13 de Outubro, vem reconhecer finalmente a injustiça até então praticada, embora apenas estendendo algumas das regalias/direitos inscritos no DL n.º 43/76 aos GDFA's com desvalorização igual ou superior a 80%.

Ainda que apreciando o avanço conseguido, a ADFA manifestou imediatamente a sua insatisfação pela pouca amplitude considerada, tendo insistido, em nova proposta, na posição já assumida quanto aos 60%.

Considera-se, assim, que o Decreto-Lei n.º 146/92 não é se não, e apenas, mais um passo na obtenção do direito à dignidade que merecem os «GDFA», cujas preocupações continuarão a ser matéria presente nos contactos com os responsáveis governamentais e militares.

QUOTAS

Chegou ao nosso conhecimento que têm sido solicitadas informações aos serviços da Associação, pelo motivo de, no mês de Julho, também se ter procedido ao desconto em conta bancária de 2400\$00 relativos a Quota-ADFA.

Para os menos atentos relembra-se que tal desconto é efectuado semestralmente e que o correspondente ao 1.º semestre de 1992, que deveria ter sido feito já em Janeiro, por dificuldades administrativo-informáticas, sempre indicadas no «ELO», só o foi no mês passado, isto é, em Junho. Recordando, agora, que o montante anual de quotas para este ano é de 4800\$00, o seu 2.º semestre foi já descontado na data prevista, i.e., Julho, aliás como foi anunciado na última edição do nosso jornal, em fim do artigo «QUOTAS».

Conhecemos que os serviços da Sede se encontram afadigados em fazer chegar a todas as Delegações o valor da quotização recebida dos sócios das áreas respectivas, os quais, em franca adesão, responderam «sim» a esta inovadora e moderna forma de participar na vida associativa.

Aos sócios que ainda não aderiram a tal sistema, aqui se renova o convite/recordação para se integrarem, considerando que apenas pagarão, no ano de 1992, as quotas em atraso deste ano, enquanto os que já as satisfizeram na totalidade só iniciarão o desconto a partir de Janeiro de 1993. ASSIM É SEMPRE TEMPO DE ADERIREM!

INOVAÇÃO É PROGRESSO, TAL COMO PARTICIPAÇÃO É DINÂMICA.
CONTACTA SEDE E DELEGAÇÕES.

Informação aos sócios

Artigo 15.º do «DL» 43/76

Encontrando-se em estudo nova redacção do Artigo em título que, como se sabe, consagra aos DFA com desvalorização igual ou superior a 60 por cento, direitos especiais na aquisição de «automóvel, triciclo ou cadeira de rodas, com ou sem motor», a ADFA enviou ao secretário de Estado da Defesa Nacional, neste mês, uma exposição acompanhada de proposta, em que defende que se deve manter o espírito daquele mesmo Decreto, de forma a que a alteração da sua letra não ofenda os direitos reconhecidos, dado que a envolveria jurídica de tal diploma vai no sentido abrangente da aceitação da especificidade e risco do cumprimento do serviço militar, muito em especial quando em campanha.

Pensões — IRS

Embora já noticiadas em alguns órgãos da Comunicação Social, as alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, já previstas no «ELO» de Março deste ano, faltando então sair o necessário decreto regulamentar, aguarda-se a sua publicação oficial no «Diário da República», para os devidos comentários e apreciação.

Nota da Redacção

SUPLEMENTO

Por motivos de ordem técnica, o suplemento do ELO sobre a Tipografia-Escola, incluído nesta edição, tem as suas páginas ao contrário pelo que, devem os nossos leitores, destacá-lo e dobrá-lo como deve ser, ficando a parte a cores para fora e obedecente, assim, à numeração indicada.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

Agenda

Estado Maior da Força Aérea

Na continuação dos regulares contactos com as chefias militares, os Presidente e 2.º Secretário da Direcção Central foram recebidos, no passado dia 13 deste mês, pelo Chefe do Estado Maior da Força Aérea, tendo sido abordados vários assuntos de interesse, nomeadamente relacionados com os serviços e atendimento no Hospital da Força Aérea (com referência ao encontro havido com o respectivo Director em 29 de Abril), a questão legislativa (onde não foi esquecido o problema do subsídio de risco dos pára-quedistas), a nova Sede (com a possibilidade de a Força Aérea poder, também, colaborar no seu equipamento) e a VI Conferência Internacional sobre Legislação, da FMAC (que, a realizar em Lisboa em 1994, necessita desde já de considerar os indispensáveis apoios logísticos).

No decorrer da reunião, o general Mendes Dias, que se mostrou sempre profundamente interessado por toda a actividade da Associação (e recorde-se que como Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas esteve já no Palácio da Independência, aceitou o convite que então lhe foi endereçado, para visitar as obras de construção da nova Sede, em data dependente do seu possível enquadramento numa deslocação conjunta de todas as Chefias militares).

Cooperação com Angola

Visitou a nossa Sede (Pal. Independência), no passado dia 20, o major Vítor Cardoso, responsá-

vel pelo Secretariado de Apoio aos Deficientes de Guerra, secção do gabinete de apoio à Integração dos Desmobilizados Militares, estrutura do Ministério da Defesa de Angola, o qual foi recebido pelo 1.º-Secretário da Direcção Central e pelo responsável do GOS (Ga-



binete dos Órgãos Sociais), tendo tomado parte na reunião, já que foi promovida pelo Gabinete do secretário de Estado das Infra-estruturas e Tecnologias da Defesa, o respectivo assessor, dr. Adérito Pinto.

Numa primeira fase do encontro foram trocados conhecimentos e experiências mútuas, tendo aquele militar angolano mostrado vivo interesse pelos objectivos, implantação e orgânica da ADFA, tal como pela sua filosofia de intervenção, na qualidade de «Organização Não Governamental», junto dos poderes públicos, fazendo ainda uma lata explanação sobre a situação dos antigos combatentes e militares a desmobilizar no seu país, com incidência mais profunda sobre a realidade dos deficientes militares e civis, vítimas de 30 anos de guerra.

Numa segunda parte, a que também estiveram

presentes as técnicas de acção social e de psicologia clínica da Sede, abordaram-se temas ligados à reabilitação de deficientes de guerra nas suas variadas vertentes, da recuperação médico-protésica à formação profissional e reintegração na sociedade, na família e no empre-

go, tendo também sido analisadas outras matérias, como doenças psíquicas, «stress» da guerra e alcoolismo.

A finalizar esta reunião de trabalho, o major Vítor Cardoso visitou os serviços de Contencioso e de Secretaria, onde, pelo respectivo responsável, lhe foram prestadas infor-

Monumento ao combatente do Ultramar

No passado dia 22 deste mês, o 2.º Secretário da Direcção Central esteve presente em mais uma reunião da Comissão Executiva do Monumento ao Combatente do Ultramar, a que presidiu o general Altino de Magalhães, da Ligas dos Combatentes, tendo ainda comparecido representantes da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Associação de Comandos e da Associação da Força Aérea.

mações sobre o espírito da legislação portuguesa relativa aos deficientes militares, assim como lhe foram mostrados os diversos passos e procedimentos na elaboração dos processos individuais dos associados e respectivo sistema de informatização.

No momento, foi manifestado aos responsáveis associativos que acompanharam o visitante, o vivo interesse na continuidade destes contactos, sendo-lhes garantido o alto valor atribuído a programas de cooperação com a ADFA, que se pretendem implementar e concretizar.

EDITORIAL



Chegámos ao tradicional período de férias, no qual até o próprio ELO interrompe a sua publicação, oportunidade soberana para que, conscientemente, reflectamos sobre a realidade que a ADFA é hoje e aquilo que todos gostaríamos, e queremos, que venha a ser.

É por demais evidente, numa casa como a nossa, com tantos milhares de associados, em que a comunhão de ideias deve ser unânime, que têm de existir formas diferenciadas, ideias distintas e caminhos vários de os alcançar, numa vivência que, em busca de objectivos a partilhar, dê realce e peso às diversas vias de expressão.

Sempre assim aconteceu nos anos que a ADFA tem de luta, e tornado permanente agente da sua própria evolução e afirmação, o debate intenso e alargado das grandes questões que se prendem com os problemas da reabilitação, reintegração e associativismo, este constitui-se em balança e fio condutor de múltiplas perspectivas que determina a postura vertical, reivindicativa e interveniente com quem sempre nos temos apresentado perante a comunidade.

Se tal é verdade constante no passado, premente acuidade toma no presente, face às novas realidades que se nos deparam devido às profundas e rápidas mutações sociais, ao peso dos anos e ao agravamento das deficiências, exigindo-se de todos nós um contributo franco, reflexo transparente do pensamento individual, para que no confronto de opiniões se fortaleça a trave-mestra que suporta e dinamiza a nossa Associação.

Não existindo verdades absolutas, nem seus guardiões exclusivos, tudo é passível de discussão no sentido de que a bissectriz encontrada evidencie o querer de todos, e iremos no rumo certo se as nossas ideias, como correntes autónomas, se transformarem, em convergência, numa gigantesca vaga que revigore e impulse a ADFA para os anos e desafios que se aproximam.

A Direcção Central

APOIO PSICOSSOCIAL AOS SÓCIOS

Conforme foi noticiado na última edição do ELO, passou a estar à disposição dos sócios da ADFA, na Sede, um serviço de apoio psicossocial destinado a atendimento personalizado de associados e familiares, em casos que se predam, principalmente, com assistência médico-protésica e/ou necessidade de apoio domiciliário.

Tal serviço, em ligação com o Departamento de Reabilitação e sob a responsabilidade do nosso sócio Silvério Rodrigues, tem atendimento pessoal e directo das 11 às 13 horas e das 14 às 16 horas, diariamente, dispondo ainda de um gravador de chamadas (telefone 342 62 47) para os que não possam aparecer ou falar dentro das horas indicadas. Neste último caso, quem tiver que utilizar o sistema deve, após ouvir a nossa mensagem e o sinal sonoro que se lhe segue, indicar pausadamente o seu nome, número de sócio (se for o caso), assunto que precisa de tratar e o número de telefone ou a morada para onde pode ser contactado.

Porque é um serviço novo, poderão verificar-se, de início, algumas anomalias, pelo que, além de compreensão, se pedem, aos utentes, sugestões para um seu melhor funcionamento.



342 62 47

ADFA responde à tua chamada

PAINEL

Procurando diversificar rubricas e alargar colaboração, criam-se, já a partir do presente número do ELO, pequenos espaços que se denominarão genericamente de «PAINEL» e que se destinam a permitir/desafiar que os nossos leitores, em curta prosa, expressem o seu pensamento e/ou opinião sobre temas associativos de interesse, procurando a Redacção integrá-los em contexto próprio, se isso se ajustar e for possível. Se não... serão publicados na mesma, ainda que de certo modo isolados.

Para hoje, e servindo bem de exemplo, aproveitamos os três «painéis» que, da autoria do sócio n.º 379, Manuel Lopes Dias, estiveram colocados no pavilhão da ADFA, na recente Feira Internacional de Artesanato — FIA, na FIL.

ADFA esteve...

— No âmbito da FMAC

Antes de terminado, como indicado no ELO de Junho, o nosso artigo sobre a REHAB-3, um apontamento sobre a

«Conferência internacional sobre os antigos combatentes face às alterações na Europa Central e Oriental»

a qual, já anunciada aquando da 14.ª Reunião da CPAE (Lisboa, 10/12.ABR91), está programada para 20 a 24 de Setembro próximo, em Varsóvia), dado ter-se realizado, com a participação da ADFA (José Arruda, Presidente da Direcção Central, e António Carreiro, da Comissão dos Assuntos Internacionais), na sua qualidade de actual Presidente daquela Comissão europeia, e já na própria capital polaca, em 3/6 deste mês, o último dos seus encontros preparatórios.

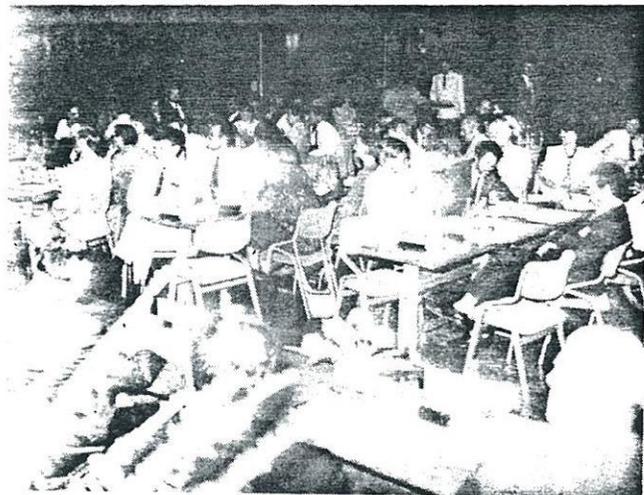
Com a presença, entre outros altos responsáveis, do Secretário-Geral e do Director Executivo da Federação Mundial e de delegados da Comissão Organizadora da conferência, foram apresentados, debatidos e aprovados vários documentos concernentes não só aos temas a tratar nas reuniões de trabalho como também às cerimónias e actividades sociais a terem lugar durante o evento.

De salientar a atenção que já foi posta nos diversos contactos havidos em razão da realização em Lisboa, no primeiro semestre de 1994, da «VI Conferência Internacional sobre Legislação dos antigos Combatentes e Vítimas de Guerra», devendo verificar-se, em breve, o primeiro encontro preliminar a nível oficial, em Portugal.

Recorde-se que estas conferências internacionais sobre legislação, autênticos congressos, contando, para além das delegações das organizações membros da FMAC, com a presença de representantes de organismos e de Governos, são uma das mais fortes afirmações quer dos direitos reconhecidos, ou que se pretende o sejam, de forma tão universal quanto possível, dos ex-combatentes quer da defesa e da dignidade das vítimas da guerra, concitando esforços e entusiasmos, encontrando uma aceitação que, felizmente, tem ultrapassado, quantas vezes, o seu lado puramente moral.

REHAB - 3

Apresentada, de forma genérica, na edição anterior do ELO, a III Conferência Mundial de Engenharia da Reabilitação (que, recorde-se, se realizou em Trebon, República Federal Checa e Eslovaca), vamos hoje desenvolver alguns dos seus aspectos mais relevantes, designadamente as mais importantes intervenções verificadas, devendo notar-se que a REHAB — 3 juntou eminentes técnicos europeus, norté-americanos e japoneses, em engenharia da reabilitação, na sua esmagadora maioria professores universitários e investigadores de grau académico elevado, assim como responsáveis por diversos programas de nível nacional ou mesmo internacional.



Após o Ministro da Saúde checo, Martin Bojar, que presidiu à Sessão de Abertura, ter realçado as grandes questões que se colocam, no seu país, na área da reabilitação, pedindo à comunidade internacional não dinheiro, mas antes contactos com individualidades conhecedoras dos problemas e dos assuntos, e o delegado da ONU, John Kennerley, ter evidenciado a importância da cooperação Leste-Oeste e do contributo das várias REHAB para o bom êxito da «Década das Nações Unidas para as pessoas com deficiência», Finn Petren, da Suécia, Presidente do Comité Nórdico para a Deficiência, introduziu, já nas sessões de trabalho, o tema «Um sistema estratégico de desenvolvimento», considerando-o nos seus aspectos de infra-estruturas nacionais, pesquisa e desenvolvimento, controlo de qualidade e estandarização, serviços nacionais (centralizados), sistemas de fornecimento de serviços a nível regional e local e papel do utente (organizações e grupos sociais).

Clifford Goodman, dos Estados Unidos da América, tratou o tema «Custos efectivos e questões relacionadas», em torno de alíneas como definições básicas e métodos,

análise do custo-benefício, estratégias financeiras e outras consequências económicas e sociais; Theo Bougie, da Holanda, falou sobre «Educação e informação», aproveitando para fazer uma análise sobre REHAB - 2 e as suas conclusões, nomeadamente quanto ao envolvimento do utilizador, ao acesso à informação, à transferência dos sistemas, à educação e treinamento e ao estabelecimento de redes de trabalho a nível nacional e internacional, e Barry Romich, também dos EUA, abordou a questão de «Estratégias de mercado», na envolvimento do estabelecimento de indústria de ajudas técnicas (e do papel das empresas privadas no seu fabrico), do «marketing» dos produtos e dos serviços após

a venda e da manutenção.

Particularmente interessante se mostrou o grupo em que os participantes italianos apresentaram um texto sobre a nova lei, em Itália, sobre «Assistência às pessoas com deficiência, integração social e direitos» e o professor Takeyoshi Dohi, do Japão, falou sobre as tecnologias para os idosos e deficientes, tendo-se conseguido, nos debates subsequentes, dissecar o processo de reabilitação, chegando-se a consensos sobre quem terá a responsabilidade do estabelecimento da igualdade de oportunidades, como e com que qualidade devem ser fornecidas as ajudas técnicas, qual o papel do utilizador, até onde deve ir a «liberdade de escolha», como materializar o direito à informação, quem faz a pesquisa e o desenvolvimento, como encarar a 3.ª pessoa, quem deve participar na elaboração da legislação, etc.

Embora ainda não dispondo dos textos oficiais, podem-se considerar como linhas de força nas «Conclusões finais», as seguintes:

— os Governos são os inteiros responsáveis pela reabilitação das pessoas com deficiência (o que podendo parecer lógico e óbvio, mereceu alguma

discussão em torno do papel das organizações de voluntários e de caridade), dentro dos condicionamentos económicos dos respectivos países;

— a pessoa com deficiência é, a todos os níveis, a figura central de todo o processo de reabilitação;

— à pessoa deficiente deve ser assegurada a liberdade de escolha no domínio das ajudas técnicas, tendo em atenção o aconselhamento da equipa de reabilitação;

— os custos devem ter sempre em conta os benefícios e os níveis de bem-estar, e — a pesquisa cabe aos Estados e às instituições privadas.

Ainda, e em complemento destas recomendações, foi entendido como útil e necessário o editar-se uma publicação relativa à engenharia de reabilitação no espaço europeu, tendo em atenção os aspectos actuais e perspectivas de desenvolvimento.

RESEM'92

Como já foi dito em Junho, à REHAB - 3 seguiu-se, agora em Praga, e no dia 28 de Maio, um seminário — RESEM'92 — destinado a desbloquear contactos e permitir avançar para uma maior cooperação internacional, tendo registado a presença de elevado número de técnicos checos e também a apresentação de bastantes trabalhos, pelo que, apenas com uma hora para almoço, se conseguiram abordar e tratar questões tão diversas como a construção da casa inteligente na procura da autonomia do deficiente, o máximo de eficácia da tecnologia e a redução dos custos da reabilitação ou as tecnologias mais avançadas ao nível de «robots» para tratar paraplégicos, assim como de cadeiras de rodas e outras ajudas técnicas, quase impensáveis, mas que permitem aos grandes deficientes — paraplégicos, cegos, amputados quer dos membros inferiores quer dos superiores — continuar, a trabalhar, por exemplo, como agricultores, manobrando toda a maquinaria possível.

Os computadores, como instrumentos de comunicação, marcaram também presença, com especial realce para os que os surdos operam para «falarem».

Considerações finais

Embora extremamente positiva, esta jornada internacional, tanto mais que sendo de iniciativa da ONU, as suas «Conclusões» apresentam uma

força quase de obrigação, ela pôs em evidência o facto de as «organizações de e para pessoas deficientes» não estarem aí suficientemente representadas, tendo sido apercebido que os problemas tendem a ser, por elas, e não só, encarados na perspectiva técnica do especialista, e dentro da sua área específica, obscurecendo por completo a pessoa do destinatário final — o deficiente — e até os princípios básicos já assentes sobre reabilitação, integração, fornecimento de ajudas técnicas, etc., campos que os técnicos desconhecem, mesmo quando eminentes cientistas.

Quase à margem dos encontros, mas em todas as intervenções e troca de

impressões, caso curioso, notou-se que, a nível mundial, é encarado com grande preocupação o problema do envelhecimento da população (nos países industrializados, por exemplo, a esperança de vida é já de 74 anos, aproximando-se, em média, no resto do Mundo, dos 70) o que, criando um enorme aumento nos custos de reabilitação (na Noruega, 70% das pessoas com mais de 65 anos são deficientes, em vários graus), tornará insustentável a situação se não houver uma adequada resposta pelo aumento da eficiência tecnológica, o que passará, entre outras coisas, pela criação, urgente, de cursos superiores de Engenharia da Reabilitação.

PAINEL I

Cooperação a solidariedade do III milénio

No final do nosso século tornou-se demasiado evidente que as questões do desenvolvimento e da sobrevivência humana passam, cada vez mais, pelo intercâmbio, cooperação e solidariedade entre os indivíduos, as sociedades e os grandes espaços geo-políticos-económicos, assumindo a informação um papel determinante em toda esta dinâmica.

Portugal, nos últimos 500 anos da sua História, estabeleceu contactos e relações de interesse com várias culturas e povos de África, Ásia e América, contribuindo assim para o conhecimento universal desta terra que todos habitamos.

A ADFA considerou, desde sempre, que o estabelecimento de relações internacionais era fundamental para o conhecimento das condições de vida das pessoas com deficiência, combatentes e vítimas de guerra de todo o Mundo, no intuito de equacionar os seus problemas e poder contribuir para que em Portugal se adoptasse uma política nacional de reabilitação que fosse ao encontro dos reais interesses dos cidadãos afectados por qualquer tipo de desvantagem física.

O sacrifício que foi exigido aos jovens portugueses da geração de 60, que lutaram em África para que fosse possível o

fim do «Ciclo do Império», quebrou o isolamento em que tinha caído o nosso país, criando as novas pontes de ligação ao Mundo, no quadro da democracia e da amizade entre os povos.

A ADFA, herdeira e depositária do sacrifício desta juventude, filiou-se na Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra AMAC e na União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que ajudou a criar, desenvolvendo no seu seio projectos de cooperação e solidariedade que visam a melhoria das condições de vida daqueles que mais foram afectados pelos conflitos militares das últimas décadas.

A amizade já estabelecida, entre os deficientes das nossas Forças Armadas e os deficientes dos países africanos de língua oficial portuguesa, dá-nos a certeza de que também nesta área podemos trabalhar em acções de interesse mútuo, a par de outros projectos industriais e comerciais, desenvolvidos por entidades públicas e privadas dos nossos países.

Quando os que combateram em trincheiras diferentes, tiveram a coragem de estabelecer a amizade, é possível, no respeito comum, criar novos caminhos de cooperação e solidariedade entre povos que, durante séculos, conviveram e misturaram culturas.

Lopes Dias

ADFA esteve...

na Feira Internacional de Artesanato — um êxito!

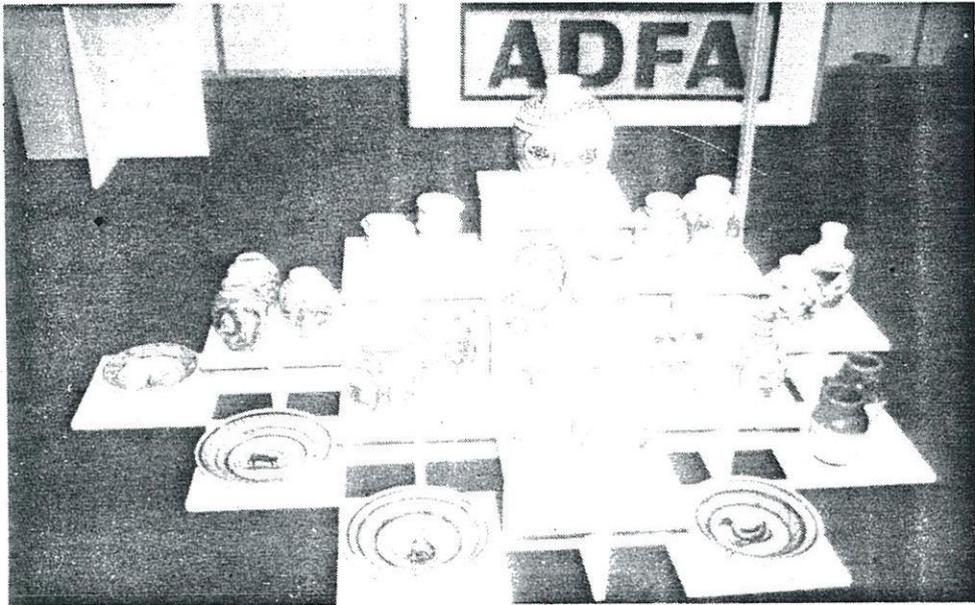
Tendo em conta que a razão principal da existência de cursos de Formação Profissional na ADFA é, dentro de um espírito sempre proclamado, uma reabilitação/integração global do deficiente na sociedade, entendeu-se este ano, mais fortemente, que a imagem a apresentar pela nossa Associação na FIA-Feira Internacional de Artesanato (FIL-11/19JUL92), devia procurar, de forma dinâmica, modernos conceitos de «marketing», visando a concorrência, a competitividade e, fundamental-

mente, o mercado de trabalho.

Num pavilhão amplo e arejado, onde os volumes de exposição e os espaços de passagem e observação se completavam em agradável equilíbrio e calma harmonia, mostravam-se bonitos objectos de cerâmica, entre loiças azuis e brancas, figuras de cor de bronze e mais simples azulejos, enquadrado tudo por grandes fotografias quer de painéis e outras peças quer de aspectos vários de laboração, penduradas em contrastantes

verticais brancas, enquanto no ecrã da televisão se podiam acompanhar as imagens-vídeo das diversas fases dos cursos e da transformação do barro em arte.

A comprovar o acerto da filosofia adoptada, para além do manifesto interesse do numeroso público que por lá passou, o facto de tudo ter sido vendido e de, através dos inúmeros contactos ali efectuados, se terem garantido já estágios para todos os nossos formandos!



Câmara Municipal de Lisboa — Acção Social — Projecto Casa Aberta

Dr.ª Gracinda Benedito

A ADFA esteve presente, nas pessoas do 1.º-secretário da Direcção Central e da técnica de Acção Social da Sede, no dia 21 deste mês, na Liga Portuguesa de Deficientes Motores — LPDM, à apresentação pública de um vídeo sobre a actividade desenvolvida pelo Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa — CML, na área da população deficiente, como convite do respectivo vencedor.

Em primeiro lugar, foi descrito de forma sucinta, pela dr.ª Maria Rosa Sampaio e pelo vereador dr. Anselmo Aníbal, o que é o Projecto Casa Aberta e feita a divulgação do n.º 1 da Revista «Lisboa, Acção Social», na qual poderão colaborar entidades públicas e privadas, no âmbito da intervenção social.

Concretamente em relação ao Projecto Casa Aberta, que nasceu em Novembro de 1990, de um protocolo assinado entre a CML e a LPDM, o mesmo tem como principal finalidade a eliminação de barreiras arquitectónicas intradomiciliares e no acesso à habitação

do deficiente do Município de Lisboa.

Isto significa que sempre que uma pessoa deficiente tenha problemas de barreiras arquitectónicas em casa, no seu emprego ou no acesso a estes, poderá solicitar apoio à CML através do Departamento de Acção Social, e mais concretamente do Projecto Casa Aberta.

Conforme se refere na citada revista, este projecto, sendo uma iniciativa concreta na resolução de problemas de mobilidade na habitação de cidadãos deficientes, é pioneiro em Portugal e inspirado num modelo congénere de Nova Iorque, tendo já sido realizadas 29 obras de anulação de barreiras arquitectónicas.

Houve também referência ao apoio ao nível de transportes para crianças deficientes que necessitem de efectuar o trajeto casa/escola/casa, transporte esse que também poderá ser utilizado por pessoas deficientes adultas na sua deslocação para o emprego.

Na apresentação do videograma pode-se observar algumas das eliminações de barreiras arquitectónicas, nomeadamente com a instalação de plataformas eléctricas em

escadas de residências particulares.

Algumas das obras que as pessoas com deficiência poderão, eventualmente, solicitar:

- construção de rampas em escadas;
- colocação de plataformas elevatórias eléctricas em escadas;
- alteração das disposições das loiças em casas de banho;
- construção de locais para recolha de veículos, cadeira de rodas;
- alterações em carrinhas para maior mobilidade nestas;
- alargamento de vãos de portas;
- colocação de materiais protectores ao choque em juntas e ombrais;
- colocação de pavimentos em material adequado antiderrapante;
- colocação de corrimãos em escadas e rampas;
- construção de zonas de duche especiais para deficientes;
- colocação de tomadas, dijuntores, torneiras de segurança e outros, à altura de utilização de deficientes e construção de zonas para exercícios ligados à fisioterapia de deficientes.

Nota: Em próximos números do ELO irão ser publicados artigos referentes a «novas tecnologias».

PAINEL II

Com o trabalho de todos se faz o nosso mundo

Na evolução das sociedades modernas, só muito recentemente se estabeleceu o princípio de que todos, independentemente da sua diferença física, intelectual, cultural ou rática, podem e devem ter acesso a todos os patamares da actividade humana, de acordo com as suas capacidades intelectuais, profissionais e físico-funcionais.

Prosseguindo estes objectivos, a ADFA desenvolve projectos de avaliação-orientação, formação profissional e emprego, com o apoio do Insti-

tuto do Emprego e Formação Profissional — Fundo Social Europeu (IEFP-FSE), dirigidos aos seus associados e pessoas com deficiência em geral, no intuito de habilitar e apoiar estes cidadãos na obtenção de um posto de trabalho estável e justamente remunerado que lhes permita uma vida social digna e familiarmente responsável.

Com este trabalho empenhado e participado foi possível, nestes últimos cinco anos, avaliar e encaminhar 368 indivíduos formados profissionalmente nas áreas de técnico reparador de eletrodomésticos, técnico ceramista, técnico de

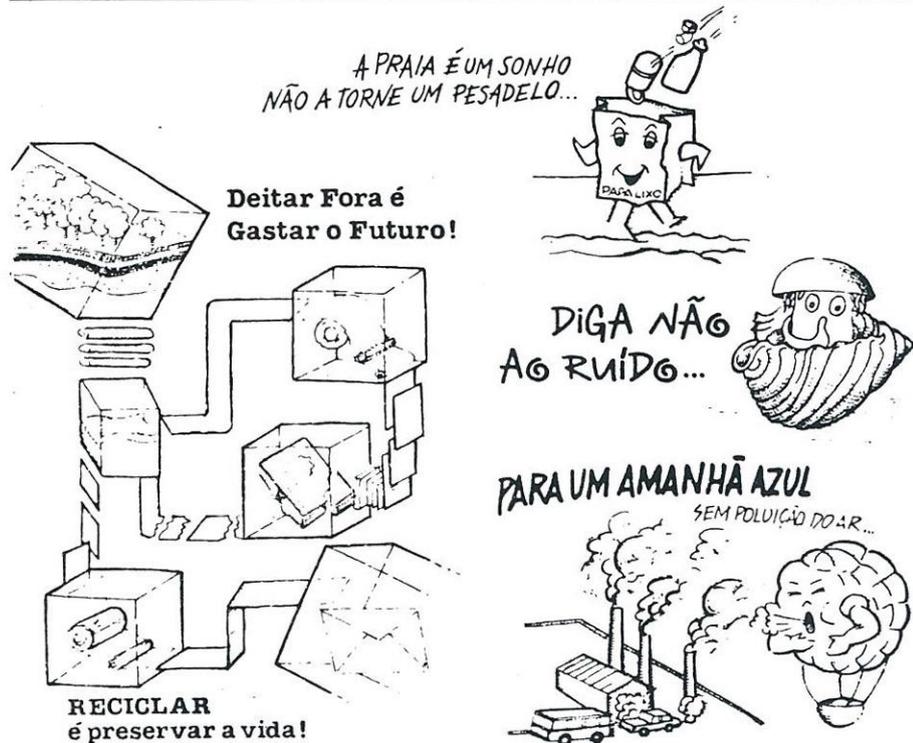
artes gráficas e técnico administrativo, e colocar em empresas públicas e privadas 18,5%, bem como apoiados no emprego por conta própria 6%, continuando em formação cerca de 50%.

Da nossa experiência, podemos afirmar que a diferença motora ou sensorial não é impeditiva de uma boa integração profissional desde que todos tenham acesso ao ensino, à formação técnica e à livre circulação.

As pessoas com desvantagem física exigem que o desenvolvimento das suas sociedades se faça com eles e não para eles.

Lopes Dias

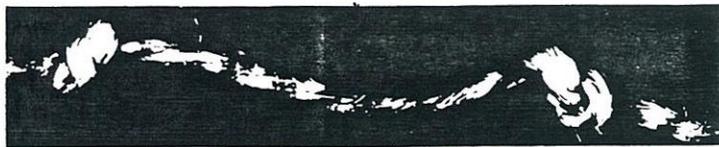
O ambiente diz respeito a todos. PARTICIPE!



O ambiente está nas suas mãos Contribua para a mudança

mais puro melhor futuro

Nós ...



Com as últimas intervenções na mesa-redonda sobre atendimento hospitalar e assistência protésica e outras ajudas técnicas, incluindo a respectiva análise final sobre esta segunda parte, feita pelo nosso associado Jerónimo de Sousa, Director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, segue-se, a encerrar, uma nota da Direcção Central sobre esta questão, tão ou mais importante e oportuna quanto nos últimos tempos se verificaram algumas situações, já ultrapassadas, que mais relevância dão às preocupações apresentadas por todos os presentes nesta reunião, recorde-se, já levada a efeito em Fevereiro deste ano...

Artur Vilares (F.A., 80%, amputação perna dt., esfacelo da esq., deficiência auditiva). — Recordando que praticamente todos os responsáveis, quer governamentais quer militares, nomeadamente o ex-Secretário de Estado da Defesa Nacional, dr. Eugénio Ramos e o falecido CEME, general Firmino Miguel, reafirmaram sempre e garantiram que a questão de verbas nunca se poria para as ajudas técnicas dos deficientes das Forças Armadas, disse:

«Eu pergunto-me quando uma empregada de um estabelecimento fabril militar, em carta aos superiores, se queixa que foi mal atendida, numa consulta, de quem é a culpa? Quando um oficial de Cavalaria se queixa de que o médico de gastroenterologia não o tratou da melhor forma, eu pergunto de quem é a culpa? Quero dizer com isto que a ADFA, no colectivo, tem que ter uma palavra de firmeza, isso é óbvio. Mas sobre a afirmação feita de que o HMP não terá culpa, não estou de acordo, tanto mais que a gestão de verbas no seio das Forças Armadas é da responsabilidade delas próprias, dos seus serviços, fugindo um pouco ao controlo do Ministério da Defesa Nacional. Por isso, também que penso que para além da ADFA poder fazer um maior esforço, cada um de nós, individualmente, dentro do Ramo a que pertence, deve tentar fazer qualquer coisa. Mas voltando a que o HMP não tem culpa, não acredito, porque quando o médico fisiatra não chama um técnico de próteses para o assessorar, de quem é a culpa? É da ADFA? É do Governo? Recordando o que se passa na Alemanha, que é exactamente a existência dessa equipa, reparo que cá, mesmo na Força Aérea, isso não se faz.

A terminar, julgo que a solução real deste problema passará pelo futuro Hospital Militar dos 3 Ramos — em todos os países

da NATO é esse que existe —, e seria ouro sobre azul, se também cá ele viesse a surgir, que se copiasse o sistema alemão, que creio estar suficientemente provado que é o mais eficiente, o mais eficaz e o que melhor pode resolver os problemas dos deficientes das Forças Armadas, na sua globalidade, para além de ser o menos oneroso. Acredito que essa seja, realmente, a solução mais indicada, devendo a ADFA estar atenta a isso. Penso que todos nós, ou a maioria que compõe este grupo, esteve lá, podendo apontá-lo como bom exemplo ao Ministério da Defesa.

António dos Santos Carreiro (sócio n.º 1334, Exército, 72,6% de incapacidade, amputação da perna direita): Dado não ter cá estado desde o início da reunião, vou tentar, na minha intervenção, abranger os vários pontos em análise.

E começo já por pegar nas palavras do Vilares para observar que se realmente o sistema alemão é muito bom, uma maravilha mesmo, comparado com o nosso, cumpre-nos corrigir e evitar alguns defeitos que possa ter. Mas, assim de repente, uma coisa óptima é o poder-se ir à casa das próteses depois das horas normais de serviço.

Vejamos, como exemplo curioso e paradigmático, o meu caso, desde o início, que nas suas diversas fases percorre várias das situações aqui descritas, até mesmo a da ansiedade actual. Em 1974, na Alemanha aplicaram-se uma prótese, literalmente de madeira e com apoios que iam quase até à cintura, com a qual, no entanto, comecei imediatamente a andar, sentindo-me optimamente. Quando regresssei a Portugal, aqui quase que se riram, dizendo-me que aquilo era obsoleto, que cá se estava muito mais avançado do que os alemães e garantindo que me arranjavam um aparelho com muito menos peso e sem apoios tão grandes. E na realidade isso aconteceu... à custa de me darem cabo do coto e do resto da perna. Só ao fim de alguns anos, e de muita procura, é que consegui encontrar um, digamos, e sem ofensa para ele, semitécnico, pessoa interessada e esforçada, que conseguiu solucionar o meu problema, tendo, a partir de então, sido sempre ele a assistir-me. Infelizmente, na última vez que lá fui, terá sido um aprendiz ou outro técnico a fazer-me a prótese, e recomeçaram os problemas. Agora, e com o

novo esquema de «curso», tendo receio de não poder ir à mesma casa, preferi recolocar a perna antiga, ainda que presa por fios e arames, reparada por mim. É que, e isso é outra importante questão, e não só no meu caso particular, por melhor que seja o novo técnico que encontre, ele não vai acertar comigo, muito menos à primeira, se não acreditar naquilo que lhe disser e, normalmente, o técnico não acredita no que o utente lhe diz, preferindo, antes, cumprir rigorosamente as técnicas que julga certas mas que, em muitos casos, no meu caso, não



dão, obrigando depois a ter que fazer uma série de correcções desnecessárias.

Repito, este é um dos problemas maiores que vejo no actual sistema. Se, nalguns casos, as próteses serão tecnicamente simples e de fácil adaptação, em muitos outros isso não sucede. Não é fácil acertar com o técnico de próteses, assim como não é simples, para muitos, acertar com o barbeiro.

Outra perspectiva sobre que deve ser equacionado este problema é a dos orçamentos e verbas. Porque se calhar, em orçamentos de centenas de contos, por diferença de 5 ou 10, um indivíduo vai parar a um técnico que nunca o viu e que o faz andar a sofrer mais 6 ou 7 meses!

De qualquer maneira, e ainda de outro ângulo, quanto ao Estado economizar penso que a questão das próteses novas é a menos difícil, sendo a das reparações, efectivamente, mais complicada. É que quando temos que fazer uma prótese nova, já sabemos que temos que faltar ao emprego, perder uma manhã... enfim, justifica-se ir ao médico, fazer-se um orçamento, saber se fica bem, exprimentá-la, etc., cada prótese nova implica, neces-

sária e reconhecidamente, toda uma perda de tempo, bastante trabalho, paciência e, muitas vezes, também, até disposições psicológicas. Mas o arranjo, a reparação, não! Eu posso estar em Bragança e partir-se-me uma correia. E agora quem é que me arranja uma correia?! Bom, comigo, há uns tempos aconteceu o seguinte: um dia apercebi-me que uma correia se devia estar a partir e fui à «minha» loja de próteses encomendar outra, ao que me foi então respondido que já não podia ser assim e que tinha que ir ao médico, etc., etc. É evidente que não tinha

à casa escolhida, primeiro para encomendar e depois para receber... quer dizer... é ridículo, no mínimo!

Portanto, quanto a mim, há que considerar e distinguir estes dois aspectos, o das próteses novas e o das reparações.

Mas voltando ainda ao meu caso pessoal, depois de andar por aí, maltratado, com uma perna já com 5 anos, porque, realmente, sem paciência para o sistema e com medo do técnico que me poderia calhar, lá me resolvi e vou ter, em breve, uma prótese nova... que espero que me caia ou se parta quando estiver no Porto, para poder ir experimentar o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, fornecedora que, aliás, pedi mas que não senhor!

Sou bem atendido pelos médicos e serviços? Sim e não! É que, embora sejam simpáticos, sentimos que temos que estar como que a 'pedir', havendo sempre reticências e hesitações nas respostas. E esta subtilidade de situação, para não lhe chamar outra coisa, que se sente que não deve ter nada a ver com as pessoas mas apenas com directivas de poupança, cria, efectivamente, um enorme espírito de revolta, de 'stress' e mesmo de desequilíbrio psíquico que, por sua vez, pode conduzir a extremos como aquele que acabei de acompanhar, juridicamente, de um nosso sócio que vai apanhar uma data de anos de prisão porque, às tantas, entrou em paranoia, passou-se completamente... e pronto, deu cabo da vida dele!

Não é, portanto, admissível que os deficientes militares amputados, seja por que razão for, não tenham aquilo que é essencial — que são as ajudas técnicas — para um indivíduo se integrar no trabalho e na sociedade. É a essência... e se não temos sequer isso não podemos fazer mais nada para a frente!

Podemos, talvez, admitir, porque envolve muito dinheiro e muitos técnicos, sendo um processo complexo, que a reabilitação se faça devagarinho... até porque a própria sociedade também muda devagarinho! Mas agora admitir que andemos todos torcidos, coxos, 'à rasca', em bom português, porque não temos facilidades nas ajudas técnicas, isso é liminarmente inaceitável!

Dos 16 anos que são a minha experiência e dos 30 do começo da guerra, até agora, a questão das

próteses nunca esteve resolvida, embora já tenha havido uma época, há 4 ou 5 anos atrás, em que as coisas corriam um pouco melhor, podíamos escolher a casa e o técnico, etc. Agora, o actual sistema, que ainda por cima se tem vindo a degradar, não o podemos admitir!

Curiosamente, foi esta mesma situação que, contrariamente ao que pensava antes, me levou a considerar a hipótese, já levantada, de a ADFA ter a sua casa de próteses. Se, efectivamente, vamos ficar sempre dependentes da concorrência, dos técnicos, dos concursos, da poupança, vamos continuar eternamente com o problema. Por isso sou hoje adepto de que, com ou sem hospital militar novo, haja uma intervenção activa, por parte da nossa Associação, neste campo das ajudas técnicas e das próteses, tanto mais que estamos já em condições de criar essa oficina, o que não seria tão caro como isso, dado que, não precisando de um Centro tão grande como o do Porto, podíamos contar com a sua experiência e apoio, para além de se poder trabalhar em interligação com os hospitais militares, esquecendo os problemas económicos. Realmente porque é que a ADFA não poderá, em relação aos sócios, fazer as próteses e as reparações sem lucro? Porque não?

Portanto, e finalmente, penso que a ADFA deve empenhar-se activamente neste projecto... e recordo que já pensei exactamente o contrário. Só que com a evolução que as coisas tomaram... seja, pois, qual for a solução encontrada para o futuro, com ou sem hospital, a ADFA deve, a ADFA tem que estar sempre integrada nela, a controlar e a dizer uma palavra!

A encerrar os trabalhos desta mesa-redonda vamos tentar, sem incorrer, digamos, em maiores erros de «interpretação», transcrever a análise final do Director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, nosso associado Jerónimo de Sousa, tendo em conta que a mesma foi feita sobre apontamentos tomados ao longo da sessão e das intervenções, sem obedecer, por isso, a uma ordem ou linha de pensamento pré-estabelecida:

«Penso que toda esta questão não é económica, nem como tal pode ser colocada, devendo antes ser encarada por duas vertentes que, solucionadas, nem são mais caras: a técnica e a organizativa. Digamos que, segundo o meu ponto de vista, o problema está em saber utilizar os mesmos recursos financeiros, melhorando a qualidade. Julgo, realmente, que tal não só é perfeitamente possível como também que uma

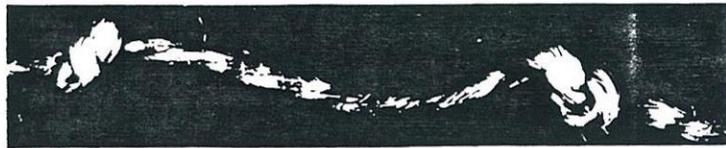
organização bem estruturada ultrapassará tecnicamente todas as dificuldades, diminuindo ainda os custos para o Estado. A falência do sistema actual está à vista e só refiro duas situações: a primeira, a de um nosso consócio, com quem estive há dias nos Açores, que, após muito «mendigar», conseguiu um triciclo motorizado, de algumas dezenas de contos, e que está, 6 meses depois de ter sido enviado do Continente, completamente podre por se terem esquecido de aplicar aqui a necessária pintura anticorrosão. É um escândalo, tanto mais que ao informar do que se passava e ao pretender saber o que fazer, lhe responderam «Ah, isso não sabemos. Desenrasque-se!» E o desenrascanço vai custar um banho de areia e pintura por 80 contos. Ao fim de 6 meses!?

A segunda diz respeito aos concursos, em que se apresentam propostas de orçamento, para a mesma consulta, de valores incrivelmente diferentes. Não é razoável, embora pelos vistos possível — e tenho-me documentado ao longo dos anos —, que, por exemplo, para a mesma prótese haja orçamentos de 300 e tal, 180 e 90 contos, havendo firmas que apresentam custos finais inferiores ao preço de entrada da matéria-prima em Portugal. Não pode ser, alguma coisa está mal! Para além disso, a disparidade de preços apresentados dentro do Porto, em Lisboa e entre Porto e Lisboa, evidencia claramente que, neste campo, a concorrência nem mesmo economicamente é a melhor solução. E não se fala já no caso de um técnico que pediu para que não fosse o hospital a prescrever ajudas técnicas, ao lado daquele outro de um deficiente que pretendia ser ele próprio a dizer ao médico a prótese que queria. E muitos mais há!

Quanto às consultas, embora o modelo do Porto possa ser melhor, ele não é, de maneira nenhuma, o ideal, reconhecendo toda a gente que as consultas pré-marcadas ou determinadas são uma violência, havendo até, penso, uma abertura das autoridades militares para se alterar essa situação. Não é, realmente, admissível que um indivíduo a quem se partiu um parafuso do joelho, esteja 15 dias sem poder ir trabalhar porque tem que haver médico, concurso, adjudicação, etc., etc.. Não sendo quase imaginável é, contudo, facto bem real!

Reconhecendo existirem poucas queixas quanto ao tipo de ajudas recebidas, isto é, próteses mais ou menos flexíveis ou leves, por exemplo, embora haja certa reacção a prescrever coisas novas, Jerónimo de Sousa

Nós...



afirmou ser desejável que a ADFA tenha um papel mais responsável, quer ao nível da moralização do sistema quer ao nível pedagógico, no sentido de não se incorrer no erro, às vezes obsessão, de querer tudo quanto é novo, tanto mais que «novidade» não tem que ser sinónimo de melhor e/ou mais adequado, havendo que se ter ideias muito claras sobre o que é fornecer ou precisar de uma ajuda técnica, uma prótese, uma cadeira de rodas, uma ortótese, etc.

«Fornecer uma ajuda técnica não pode ser um puro acto comercial. Mui-



to menos condicionando-o ao nível dos custos. Fornecer uma prótese não pode ser a mesma coisa que entregar um par de sapatos: prova-se, serve, paga-se e sai-se logo com ele, se possível até já calçado. Esta é a questão nuclear: a resposta que actualmente temos deriva de o atendimento ter por base uma filosofia comercial de venda ou fornecimento de produto, ainda por cima condicionado aos custos e não à necessária qualidade.»

Após, seguidamente, tecer algumas considerações sobre os sistemas alemão e norte-americano, em que há uma enorme exigência no que respeita quer ao indivíduo quer ao material, referiu-se a alguns outros aspectos, nomeadamente ao facto de as próteses serem artesanato e engenharia — «umas boas mãos para fazer o encaixe, a par da capacidade para utilizar a moderna tecnologia» —; ao controle que tem que precaver a imoralidade mas também a qualidade dos materiais e da produção, além dos aspectos biomecânicos — com a sugestão ao Secretariado Nacional de Reabilitação para que haja alguém que avalie qualitativamente as ajudas técnicas que entram em Portugal —; ao erro que usualmente é cometido de se falar de «consulta» ou «serviço»

de fisioterapia, quando esta técnica é apenas uma das componentes da especialidade «medicina física de reabilitação» — erro que, afinal, espelha a actual concepção e trabalho em que se privilegia a atribuição de prótese e não o conjunto de todas as preocupações e intervenções — e, ainda, à necessidade de se garantir, simultaneamente com a qualidade do produto, também a dos serviços, implicando esta melhor atendimento, disponibilidade de pessoal e flexibilidade de horários, tudo englobado numa estrutura asente quer no princí-

pio da integração das respostas e da primazia dos critérios técnicos sobre os administrativos e outros quer na idoneidade e na confiança mútua dos intervenientes, possibilitando, deste modo, gerar-se um circuito desburocratizado, prosseguindo depois:

«Entre nós precisamos, em primeiro lugar e para já, de um sistema que preveja um controle de qualidade rigoroso, isto é, que não sirva apenas para ver se a prótese existe e se está, na realidade, ali. É que ela pode mesmo estar... e ter um joelho ou um pé completamente podre, por exemplo, tanto mais que já ouvi de entidades responsáveis, não militares, deste país, a defesa acérrima da necessidade de recuperar componentes de próteses. Eu até poderia dizer «sim», se tal for feito por uma instituição altamente especializada, porque senão corre-se o risco de o Estado estar, ele próprio, a promover uma fraude. Se, como já também ouvi dizer, estão mesmo a entrar em Portugal, vindos da Bélgica e de outros países, componentes recuperados, se não houver controle em tal importação, qualquer dia está-se a comer gato por lebre! E nós temos — neste campo não somos subdesenvolvidos ou 3.º Mundo — capa-

cidade para fazer este processo de recuperação.»

Reforçando a sua ideia de que um autêntico sistema de controle de qualidade deve contemplar não só os aspectos puramente físicos — qualidade de materiais — como também biomecânicos — montagem, boa articulação e funcionalidade —, e referindo que por cá ainda se fazem alinhamentos a olho, manifestou o analista a sua convicção de que, se se instituisse um controle por amostragem — «vamos ver este caso, desmontar a prótese toda, testar a resistência dos materiais, verificar o alinhamento biomecânico...» —, bastariam meia dúzia de pesadas sanções a eventuais infractores para que tudo passasse a correr bem. E acrescentou:

«Ao nível dos hospitais militares, ou outros sistemas com as mesmas condicionantes, a relação pode e deve ser médico-casa fornecedora-médico, dado que continuo a considerar que é necessário ainda, mesmo que apenas factualmente, um controle directo do prescrito, já que isso só vai trazer benefícios para os utilizadores. É que das duas uma: ou há uma confiança total entre as entidades ou não é descabido voltar à consulta para mostrar o aparelho fornecido. Agora, meias de coto, parafusos e outras coisas deste tipo, isso não.

Também por isso a reparação até determinados montantes deveria ser completamente livre, através de casas com idoneidade reconhecida, sem nenhuma burocracia, sem papéis, sem médico, sem nada, tanto mais que as normas já prevêm que até 40 contos não é necessário concurso.

Pelo que tenho apercebido em conversas e contactos, um tal sistema desburocratizado, mas não tecnicamente incontrolado, é uma solução para que haverá abertura das autoridades, já que nada têm a perder, antes pelo contrário, só haverá ganho quer no ponto de vista da qualidade — em atendimento e em material — quer do económico.»

A terminar, e ao falar sobre algumas das críticas/sugestões/desafios feitos à Associação sobre a sua actuação nesta área, diria Jerónimo de Sousa, reconhecendo que desde os tempos do COMO aos do Centro de Reabilitação do Porto, a ADFA, pelo menos até agora,

não teve, malgrado o deficiente enquadramento institucional e os fracos recursos humanos, o papel interveniente que devia e lhe cabia:

«Neste momento está em marcha, no Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, a criação de uma unidade de engenharia de reabilitação, a qual, contando como apoio do programa comunitário HORIZON, visa objectivos bem definidos e completos, preocupando-se sobretudo ao nível da ergonomia e das ajudas técnicas, procurando as metodologias próprias e preparando, depois, as pessoas para as utilizarem, no sentido último de um serviço de atendimento caso a caso, avaliando os problemas que são colocados e estudando as respostas possíveis, quer por recurso à tecnologia já disponível quer mesmo por criação/invenção de novas soluções. E depois produzir ela mesmo o material, seja ele o que até já se faz, seja ele de outro tipo, como a adaptação de máquinas de escrever, de computadores, de mobiliário, de habitação, etc., etc..»

Qual é, na realidade, a ideia de uma unidade deste tipo: fundamentalmente, e de início, acompanhar, apoiar e avaliar tudo o que é tecnologia

ao serviço da reabilitação. Neste momento ela está pensada para a dimensão do Centro e para as solicitações que de momento lá chegam; o seu redimensionamento depende institucionalmente, a nível interno e externo, da ADFA e do que se queira fazer. Pessoalmente acho que a Associação deve defender o ponto de vista de que haja em Portugal uma estrutura para avaliar as ajudas técnicas que surgem, acompanhar a inovação e o desenvolvimento tecnológico e controlar a qualidade dos produtos, não esquecendo sempre que para isso é

necessário, o devido equipamento: não se testa a dureza de um tubo de carbono, por exemplo, a olho ou à mão, isso exige recursos próprios. Não sei se é imodéstia pedir ou sugerir que... É que nós já temos uma estrutura montada, estando já contratado um engenheiro electrónico para coordenar essa nova unidade, e depende apenas, repito, do que for institucionalmente decidido, desenvolvê-la para além das paredes do Centro, a nível nacional.»

NOTA

A Direcção Central apoiou e incentivou, desde a primeira hora, a iniciativa do ELO no sentido de promover um encontro para debater diversos problemas e dificuldades que os deficientes militares vêm encontrando, cíclica e sistematicamente, no seu relacionamento com as instituições hospitalares próprias, no caso presente em relação ao atendimento médico, à burocracia administrativa e ao fornecimento, em tempo e qualidade, das ajudas técnicas, nomeadamente próteses e ortóteses, sem as quais os seus utilizadores encontram insanáveis obstáculos à sua vida pessoal quotidiana, assim como na sua integração social e profissional.

Fique bem claro que a ADFA, ao ouvir este grupo de associados, não pretende, de qualquer modo, aproveitar-se dos seus depoimentos individualizados, mas outrossim incluir o conjunto das suas preocupações na voz colectiva que tem levado, junto das entidades competentes, a defesa permanente dos seus primários direitos à compensação médico-protésica que, reconhecida na letra da lei, tem sido vezes em demasia escamoteada ou mesmo protelada.

É assim curiosa coincidência que, promovida em Fevereiro passado a mesa-redonda cujo tratamento se encerra neste número e cuja divulgação se iniciou em Março, os associados tenham sido, neste período, confrontados com situações para eles, mais uma vez, inexplicáveis, de esgotamento de verbas para atribuição de material protésico, com a agravante, ao tratar-se de grandes deficientes dependentes, alguns casos, de 3.ª pessoa, de tal se traduzir em dificuldades acrescidas a que se juntam, generalizadamente, afecções morais e psíquicas.

Sabendo-se que as autoridades responsáveis procuram garantir as melhores condições no atendimento dos deficientes militares nos hospitais dos ramos, não aceita a ADFA as dificuldades administrativas recentemente surgidas, nem entenderá o seu reaparecimento em qualquer futuro, assumindo, quando for o caso, a indignação dos seus sócios para que estes nunca vejam cerceados os seus direitos, consignados na lei, como os da dignidade e da reabilitação.

A Direcção Central

Ao contrário do que esperávamos, não recebemos ainda qualquer correspondência destinada a esta nova secção do ELO, nem sequer sugestões para o seu título definitivo. Será por todos estes já a pensar nas férias? Se assim for, melhor atenção se deve dar a um novo artigo de Mira, desta vez sobre o Sol e os efeitos, na pele, à sua exposição, principalmente na praia.

Sol — astro-rei

Agora que se iniciou a época balnear, vamos falar um pouco sobre o bronzeado, aquele tom acastanhado que todos nós tanto gostamos de ter. É um factor importante para o conseguir é o Sol.

Vejam então o que este é e como poderemos conviver com ele sem nos prejudicarmos.

O Sol, pequena estrela muito importante... À escala do Universo o nosso

COMPANHEIRAS & JUNIORES

Agora que ficámos com uma pequena ideia do que é o Sol, falarei dos seus efeitos sobre a pele. Qualquer pessoa pode notar a diferença na textura e coloração da pele do dorso da mão e do lado interno do antebraço. A parte externa, mais exposta ao Sol, está mais envelhecida, o que se intensifica com o decorrer dos anos.

Os raios solares atingem a pele na praia, no campo e mesmo na cidade. As radiações ultravioletas, quando incidem sobre a pele desprotegida, destroem a camada de colagénio e elastina, os responsáveis pela flexibilidade e elasticidade da mesma.

Com essa perda surgem-nos os primeiros sinais de envelhecimento, tão inestéticos como o são as rugas e a flacidez, mas que podem ser prevenidos desde cedo. Para

cancerígenas estimuladas pela acção intensa do sol. Por ainda não possuírem melanina — defesa natural do organismo contra a radiação solar — em quantidade suficiente, as crianças ficam muito mais expostas aos malefícios do sol em relação aos adultos. Mesmo em dias de céu nublado, os raios solares continuam a exercer a sua influência, devendo a protecção da pele das crianças, por isso, ser uma permanente preocupação. No início da época de praia não se esqueça, pois, de consultar o pediatra e seguir todas as suas indicações.

Saibamos aproveitar com consciência e sabedoria um bem tão precioso que nos é cedido pelo enigmático Universo, pois só assim podemos viver em harmonia com a Natureza.

Mira

Centros de informação para a juventude

Integrados no Instituto da Juventude, e espalhados por todo o País, encontram-se serviços de informação para jovens que permitem acesso a áreas como ensino, formação profissional, associativismo, direitos e deveres, tempos livres e férias, intercâmbio cultural, etc., sendo, simultaneamente, lugares de animação e divulgação, com espaços especializados em temáticas várias, nomeadamente Europa e CEE, UNESCO ou UNICEF, entre outras.

Dispondo de inúmeros e diversificados «dossiers» (temáticos/regionais/fichas-síntese) que dão conta do que se passa no País e no estrangeiro, de folhetos, de «placards» e de terminais informáticos, que se podem livremente utilizar para acesso a programas sobre campos de férias, cursos universitários, horários de comboios, pousadas de juventude, cursos de formação profissional e outros assuntos de interesse, os Centros Regionais de Informação para a Juventude, que se completam com bibliotecas, hemerotecas ou videotecas, estão, com o horário de funcionamento que se indica, situados em:

■ **AVEIRO**
Rua das Pombas
3800 Aveiro
Tel. (034) 381935/29822
Segunda a sexta-feira: 09-23.00 h

■ **BEJA**
Rua Pedro Álvares Cabral, 8
7800 Beja
Tel. (084) 22672/22423
Segunda a sexta-feira: 09-18:00 h

■ **BRAGA**
Rua de Santa Margarida, 6
4700 Braga
Tel. (053) 616698/616662

Segunda a sexta-feira: 09-18.30 h

Fax: 616629

■ **BRAGANÇA**
Rua Órpio de Castro
5300 Bragança
Tel. (073) 27017/18

Segunda a sexta-feira: 09-20.00 h

■ **CASTELO BRANCO**
Rua Dadrá, 24-3.º, esq.
6000 Castelo Branco
Tel. (072) 22462/26470

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 14-21.00 h

■ **COIMBRA**
Rua Pedro Monteiro
3000 Coimbra
Tel. (039) 401064/401621

Segunda a sexta-feira: 09-18.30 h

■ **ÉVORA**
Rua Miguel Bombarda, 43
7000 Évora
Tel. (066) 22959/21445

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 14-22.00 h

■ **FARO**
Rua da PSP
8000 Faro
Tel. (089) 801970/801556

Segunda a sexta-feira: 09-20.00 h

■ **GUARDA**
Av. Alexandre Herculano
6300 Guarda
Tel. (071) 212210/214553

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 14-19.00 h

■ **LEIRIA**
Largo Cândido dos Reis, 9
2400 Leiria
Tel. (044) 813421/2/3

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 14-17.30 h

■ **LISBOA**
Rua D. Estefânia, 14
1000 Lisboa
Tel. (01) 578612/573345

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 14-18.00 h

■ **PORTALEGRE**
Praça da República, 17
7300 Portalegre
Tel. (045) 22776

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 14-19.00 h

■ **PORTO**
Rua Júlio Dinis, 604, 1.º
4000 Porto
Tel. (02) 695434/696698

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 14-17.30 h

■ **SANTARÉM**
Av. D. Afonso Henriques, 109
2000 Santarém
Tel. (043) 333292/333486

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 14-21.30 h

■ **SETÚBAL**
Largo José Afonso
2900 Setúbal
Tel. (065) 532707/532835

Segunda a sexta-feira: 09-19 h

■ **VIANA CASTELO**
Rua do Poço, 16-26
4900 Viana do Castelo
Tel. (058) 828882/3/4

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 13-19.00 h

■ **VILA REAL**
Av. Dr. Manuel Cardona
5000 Vila Real
Tel. (059) 23561

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 14-17.30 h

■ **VISEU**
Rua Capitão Silva Pereira, 117
3500 Viseu
Tel. (032) 422197

Segunda a sexta-feira: 09-12.30 h, 14-19.00 h

DELEGAÇÕES

PONTA DELGADA

— Concurso de pesca

No dia 12JUL92 a Delegação dos Açores, no âmbito do 18.º aniversário da ADFA, promoveu um concurso de pesca aberto a todos os associados e familiares, seguido de um almoço de confraternização.

A concentração dos participantes, cerca de uma centena, teve lugar na sede, em Ponta Delgada, pelas 07H30, seguindo em caravana automóvel para a vila da povoação, na parte sul da Ilha onde se realizou o concurso com a participação de sete concorrentes, cuja classificação foi a seguinte:

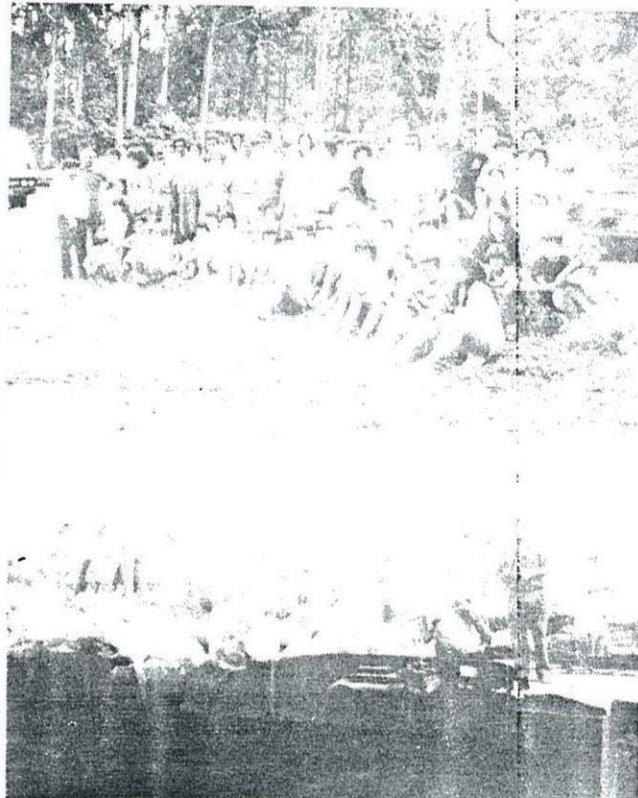
- 1.º — Gilberto de Sousa
- 2.º — José Soares
- 3.º — Pedro J. Alves

Pelas 13H00 a caravana rumou para a freguesia das Furnas, onde assistiu à retirada das covas dos

sacos em que foi confeccionado o conhecido cozido nas caldeiras e que constituiu o nosso almoço, que teve lugar nas margens da lagoa e decorreu num ambiente de grande alegria e camaradagem.

Como convidados da direcção estiveram presentes o sr. Domingos Paiva e senhora, casal residente nos Estados Unidos da América, que muito apoiou, naquele país, a delegação da ADFA aquando da sua deslocação em Nov/1989.

Findo o almoço, procedeu-se à distribuição dos prémios aos participantes no concurso de pescas: Taças para os 1.º, 2.º e 3.º classificados e medalhas de presença aos restantes. Durante a confraternização foram atribuídos prémios a diversos sócios e familiares.



Horários de férias

Sede: embora com redução de pessoal, manter-se-ão a funcionar os serviços administrativos, durante todo o mês de Agosto.

Delegação de Bragança: encerrada de 16 de Julho a 07 de Agosto;

Delegação de Faro: encerrada de 17 de Agosto a 15 de Setembro.

Em caso de absoluta necessidade, pode-se telefonar, aos sábados, das 08H00 às 10H00, para 081/22954, a fim de procurar resolver qualquer problema premente;

Delegação do PORTO: mantêm-se abertos os seus serviços administrativos durante o mês de Agosto.

Delegação de V. N. de Famalicão: encerrada de 03 a 31 de Agosto.

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Neste período, para além da notícia desenvolvida com mais destaque em caixa junta, de um sorteio entre os contribuintes da nossa campanha, apenas, para lhe dar mais dinâmica, umas fotografias do estado avançado das obras, a prometer novidades para o regresso de férias.

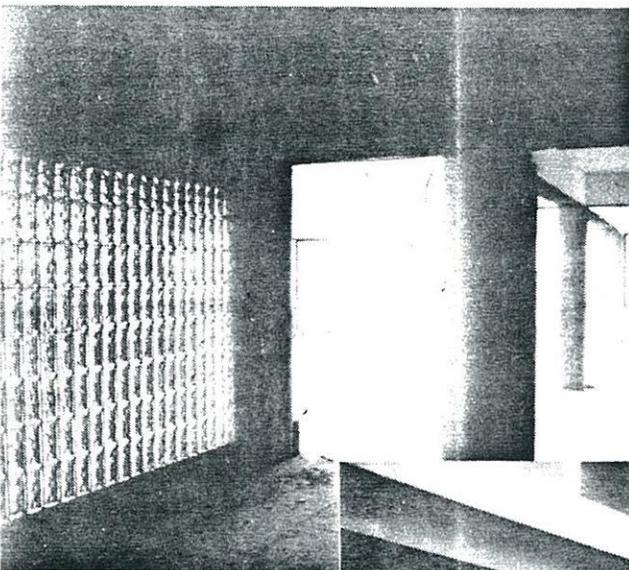
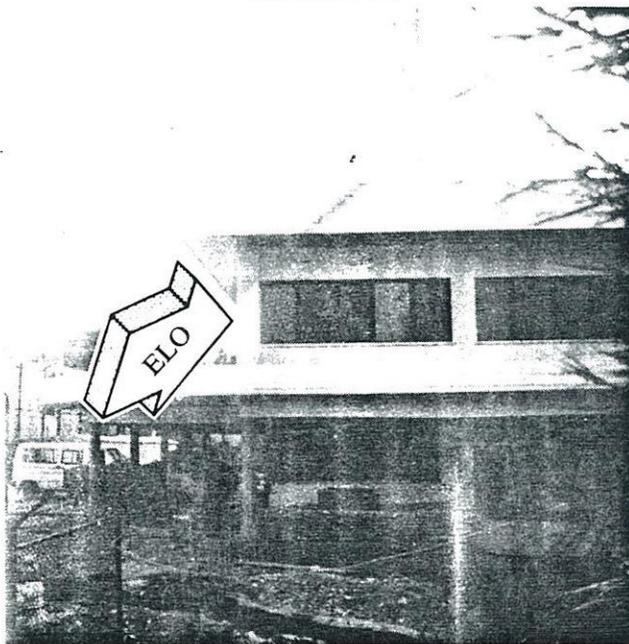
Quanto a números, apenas:

Transporte (JUN92) 10 514 223\$20

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
<i>(Sede)</i>		
7 598	António M. Silva	10 000\$00
1 383	Albino F. O. Duarte	10 000\$00
8 916	José C. P. Serralha	10 000\$00
682	10 000\$00
11 346	António M. A. Cunha	15 000\$00
11 204	Carlos M. M. Conceição	3 000\$00
2 134	Ilicídio A. C. B. Trovão	5 000\$00
<i>(Porto)</i>		
12 319	Amândio G. Veloso	1 000\$00
3 406	Emílio V. Soares	5 000\$00
3 562	Fausto A. L. Ramos	200\$00
4 853	Manuel D. Portas	1 000\$00

A transportar (JUL92) 10 584 423\$20



Concurso-sorteio

Evoluindo a um ritmo apreciável, prevê-se num futuro mais próximo do que o que se poderá imaginar, a fase de conclusão das obras da nossa Sede. É mais do que urgente reforçar a campanha de contributos para o seu equipamento, na qual todos e cada um de nós se deve empenhar, ou reempenhar caso já nela tenham participado, assim como é importante que nos revejamos nestas instalações, desde as paredes ao mobiliário, sentindo, pelo nosso interesse e doação, que cada recanto é também parte de nós mesmos.

Para isso, e em tal sentido, vai realizar-se um sorteio com base nos donativos entregues a partir de 1 de Setembro próximo, podendo adiantar-se que cada con-

tribuinte receberá uma senha numerada por cada 1000\$00, não impedindo, no entanto, tal facto que estas novas prestações acresçam aos montantes já doados por cada um, para efeito de atribuição das medalhas comemorativas e dos títulos.

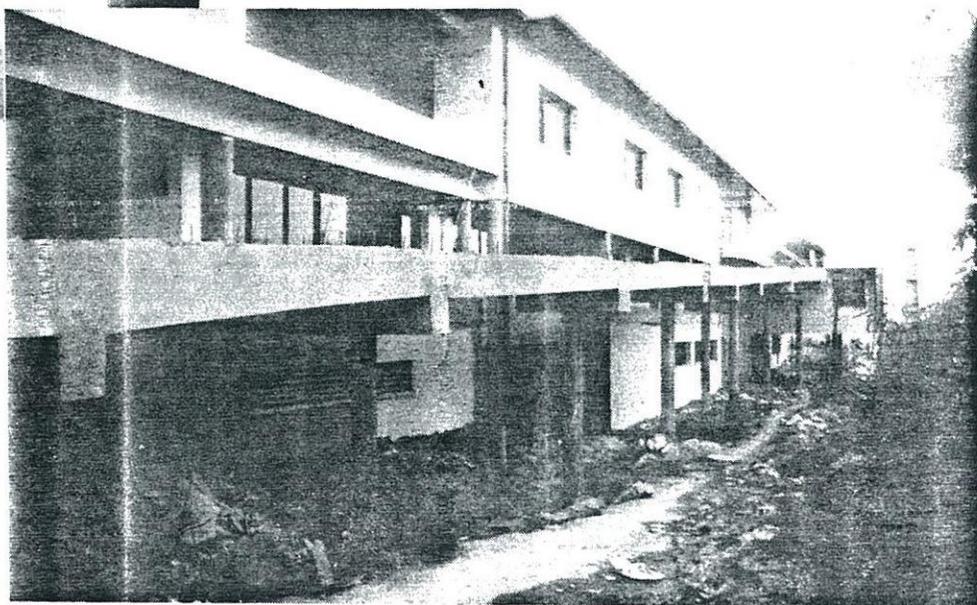
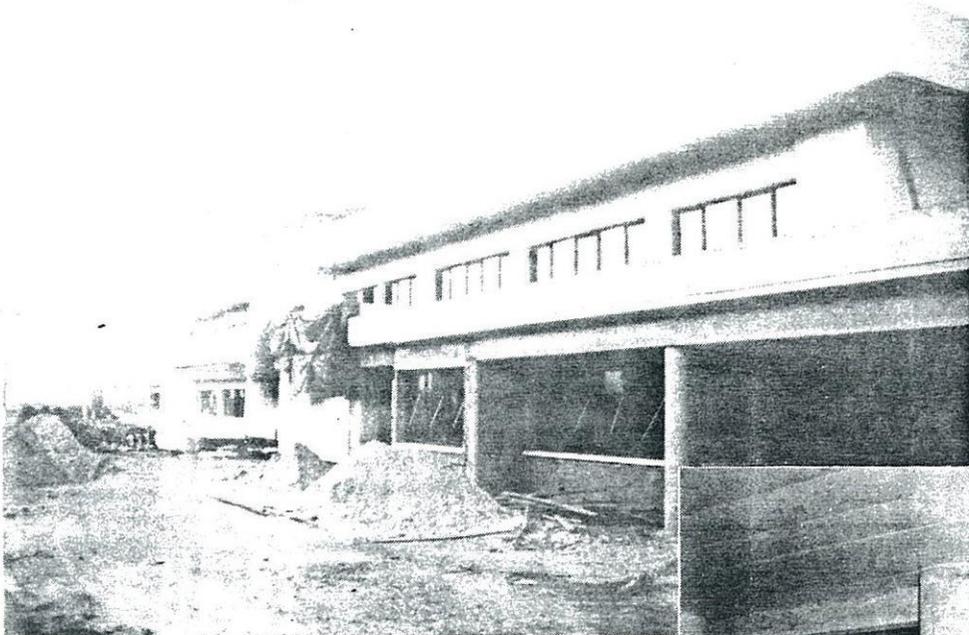
O prazo limite para esta nova fase será o dia 30 de Abril de 1993, prevendo-se o sorteio, cujo regulamento ELO publicará brevemente, para 14 de Maio seguinte.

Esperamos, na edição de Setembro, começar a revelar a lista dos prémios a atribuir mas, para aguçar o apetite... o primeiro anda de rodas!

Não te esqueças:

a partir de 1 de Setembro contacta a sede e delegações!

Não deixes de participar no nosso sorteio!



Excursão à EXPO 92-Sevilha

Em actividade paralela ligada à angariação de fundos, tem a respectiva comissão, aproveitando alguns dos contactos que faz, procurado realizar outras acções de interesse para a ADFa, e os sócios.

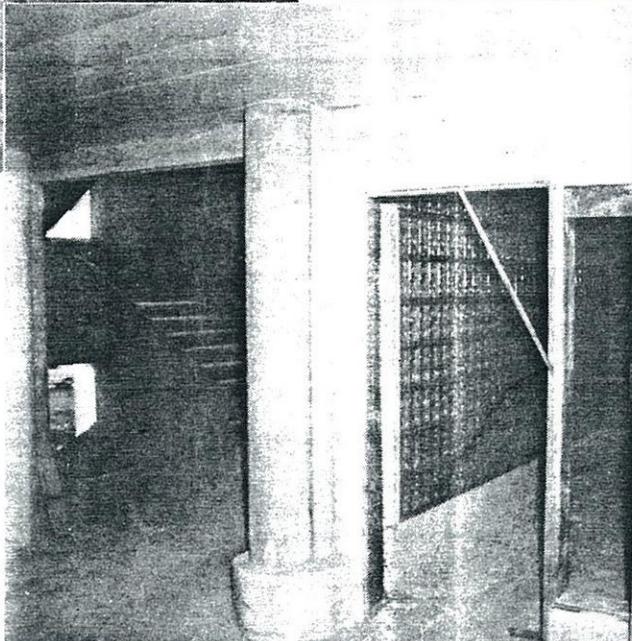
Assim, foi feita uma sondagem no mercado turístico com vista à organização de uma excursão à EXPO-92, a decorrer em Sevilha, com data provável de 2 a 5 de Outubro, para um melhor aproveitamento do dia de feriado.

O preço encontrado, e conseguido em condições especiais, já que inclui despesas de deslocação,

alojamento (e pequeno-almoço) em hotel de quatro estrelas e entradas no recinto da feira, é de cerca de 75 000\$00 por pessoa.

Dado que tal iniciativa só se concretizará se houver número de interessados suficiente para preencher um autocarro, é necessário que quem se queira inscrever o faça o mais rápido possível, quer para a Sede quer para a sua Delegação, no máximo até ao dia 31 de Agosto.

Portanto, se queres aproveitar estas magníficas condições, e visitar a EXPO-92 integrado na excursão da ADFa, faz a tua inscrição, e a da família, pois os lugares não são assim tantos!



PAINEL III

Nova sede instalações de futuro

A nova sede da ADFa, que está a ser construída em terreno cedido pela Câmara Municipal de Lisboa e apoiada financeiramente pelos Ministérios da Defesa Nacional, do Emprego e da Segurança Social e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, será, a curto prazo, uma realidade de reconhecimento nacional perante aqueles que, abnegadamente, deram o melhor de si próprios no cumprimento do Serviço Militar, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz.

Edifício moderno e integrado na paisagem urbana, relaciona, de maneira harmoniosa e humanizada, a funcionalidade dos serviços adminis-

trativos e de reabilitação com os espaços de cultura, convívio e lazer, aliando as floreas dos seus terraços ao equilíbrio e serenidade dos verdes da Natureza.

Projectada a partir dos novos conceitos de acessibilidade e segurança, todas as áreas podem ser utilizadas por pessoas com deficiência, quer motora, sensorial ou mental, na perspectiva de garantir a autonomia e a dignidade a que todos têm direito.

Será um edifício igualmente aberto à comunidade, constituído, como o Lar Militar, logo em frente, um espaço onde todos, independentemente das suas diferenças, podem desenvolver projectos de reabilitação, convívio cultural e solidariedade.

Lopes Dias

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS EM VIGOR A PARTIR DE 91.06.21

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 3 p	1 061 665\$00	1 517 635\$00
Renault Clio RL 1.1 5 p	1 120 874\$00	1 586 317\$00
Renault Clio RN 1.2 3 p	1 189 557\$00	1 701 945\$00
Renault Clio RN 1.2 5 p	1 249 906\$00	1 771 950\$00
Renault Clio RT 1.2 3 p	1 328 686\$00	1 863 335\$00
Renault Clio RT 1.2 5 P	1 387 635\$00	1 931 718\$00
Renault Clio RT 1.4 3 P	1 449 941\$00	2 235 837\$00
Renault Clio Sport 3 p	1 346 154\$00	2 115 444\$00
Renault Clio Baccara 3 p	1 965 528\$00	2 833 918\$00

NOVO RENAULT 19 DE 4 PORTAS

Renault 19 RL 1.2	1 489 678\$00	2 093 234\$00
Renault 19 RN 1.2	1 554 334\$00	2 168 235\$00
Renault 19 RN 1.4E	1 618 387\$00	2 436 716\$00
Renault 19 RT 1.4E	1 873 560\$00	2 732 716\$00
Renault 19 RTi 1.4E	2 049 422\$00	2 936 716\$00

NOVO RENAULT 19 DE 5 P

Renault 19 RL 1.2	1 489 678\$00	2 093 234\$00
Renault 19 RN 1.2	1 554 334\$00	2 168 235\$00
Renault 19 RN 1.4E	1 618 387\$00	2 436 716\$00
Renault 19 RT 1.4E	1 873 560\$00	2 732 716\$00
Renault 19 RTi 1.4E	2 049 422\$00	2 936 716\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 821 067\$00	2 681 163\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 821 067\$00	2 681 163\$00
Renault Express Break 5 lug.	1 477 698\$00	2 082 991\$00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

Renault 19 RN 1.4 5 portas	1 772 387\$00	2 615 356\$00
Renault 19 RT 1.4 5 portas	2 027 560\$00	2 911 356\$00
Renault 19 RN 1.4 4 portas	1 772 387\$00	2 615 356\$00
Renault 19 TRT 1.4 4 portas	2 027 560\$00	2 911 356\$00
Renault Clio 1.4 Baccara 3 p.	2 119 528\$00	2 987 918\$00

Transferência+Transportes=
Renault Clio — 18 505\$00; Renault 19 — 23.230\$00; Renault 21 —
23.230\$00; Renault Express, 26 380\$00.
NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metaliza-
das. As cores metalizadas variam entre os 22 452\$00 e os
32 219\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis, das 16 às 18 horas, ou na
residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51);
Porto: primeiro sábado de cada mês;
Outras Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegado de vendas: Sr. Bernardes

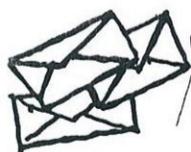
ADFA — Delegação do Porto Apoio aos sócios

- Compra de viaturas de qualquer marca
- Aquisição de pneus com desconto

A Delegação tem ao dispor dos seus associa-
dos um serviço que os apoiará na compra de
viatura própria, o qual se encontra à disposição
de todos, independentemente de estarem, ou
não, abrangidos por legislação específica de
isenção de impostos.

Para obterem informações mais detalhadas,
devem os interessados contactar:

- gabinete de apoio aos órgãos da Delegação
(sócio Abel Fortuna), pelo telefone 02/82
04 03, ou
- o colaborador da Direcção, sócio Américo
Meireles, que atende nos primeiros sábados
de cada mês, ou pelos telefones 02/82
04 03 e 02/995 58 60.



Correspondência

Neste período recebe-
mos apenas duas cartas-
sugestão, ambas do Nor-
te, a que passamos a fazer
referência:

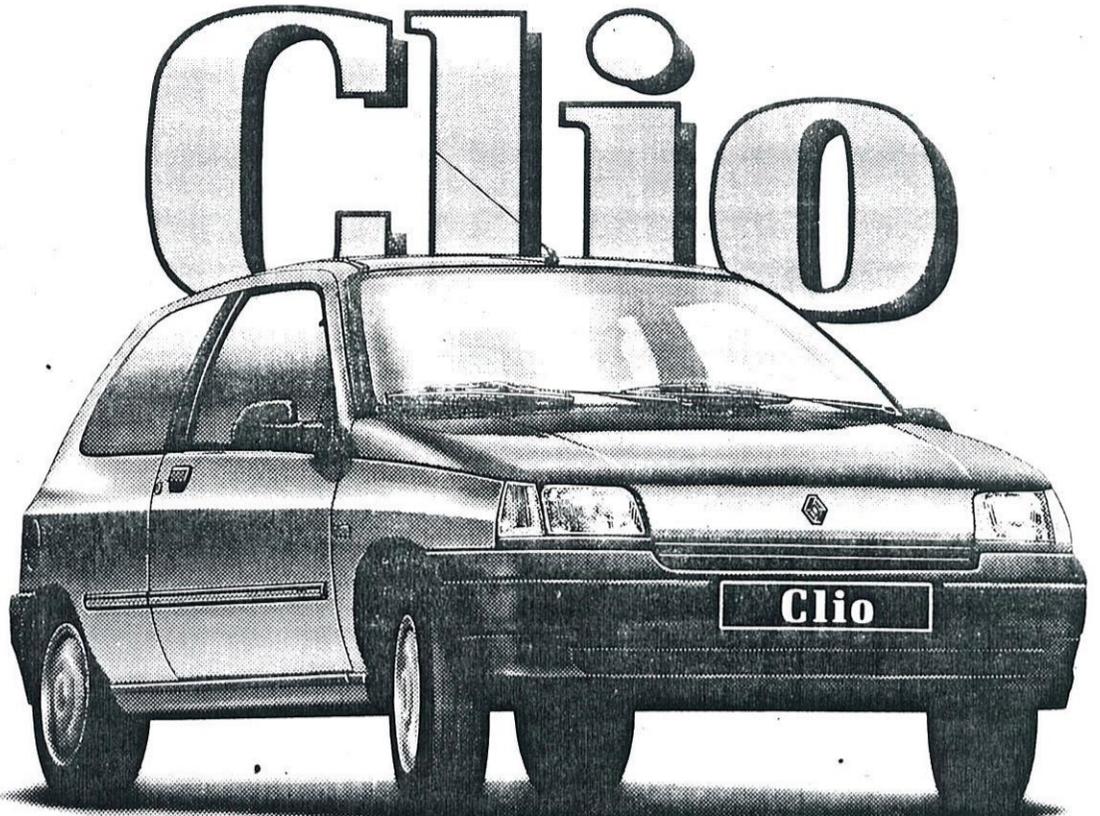
— do nosso sócio 4971,
Júlio Dinis S. Chamusca,
mais um alerta para a si-
tução injusta de cessa-
ção, por morte do defi-
ciente militar com incapacidade
igual ou inferior a 60 %, de
regalias para as viúvas e
filhos menores, pedindo
aos interessados que
escrevam, informando
dos seus casos, ou de
outros que conheçam,
a fim de, em conjunto,
melhor poderem conhecer
e fazer valer os seus
anseios e direitos, já
que sabe que os órgãos
responsáveis da

Associação estão a tratar
deste problema;

— do associado n.º
684, J. G., de Viseu, um
novo reforço à atenção
que deve merecer a si-
tução do avançar dos anos
e do conseqüente agrava-
mento precoce de defi-
ciências, devendo todos
procurarem esclarecer-se
e unir-se em redor da nos-
sa Associação — Sede e
Delegações — «pois qual-
quer que seja o contacto
com a ADFA é participar
na vida associativa da
mesma».

A terminar a sua missi-
va, um apelo para a regu-
larização das quotas por
parte daqueles que as não
têm em dia.

Encargos anuais mínimos 123.900\$00 (Clio 1.1) e máximos 132.900\$00 (Clio 1.4). Consumo 15.000 Km 123.900\$00/132.900\$00; seguro obrigatório de responsabilidade civil 21.983\$00; impostos obrigatórios 2.840\$00/4.830\$00. Cálculos com base em gasolina Eurosuper. Nov/90.



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA
Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA
Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA
Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

PONTO DE ENCONTRO

O nosso associado n.º 4617, **António Gonçalves Hipólito Moreira**, de Facho, Santo Tirso, agradece a todos os elementos da Companhia de Cavalaria 2766 que o contactem através do telefone 02/9683559 depois das 19H30, a fim de fazerem a sua inscrição para o

1.º ALMOÇO-CONVÍVIO da CCAV 2766

a realizar em 4 de Outubro, em local a indicar.

Também este ano, e como já é tradicional, se vai realizar o encontro de antigos combatentes da Guiné, em organização de **Peralta de Carvalho**, no dia 4 de Outubro (domingo e véspera de feriado), no Restaurante «O Manjar do Marquês», em Pombal.

Os interessados no

11.º ALMOÇO/CONVÍVIO NACIONAL DOS ANTIGOS COMBATENTES DA GUINÉ

devem fazer a sua inscrição (também esposas e filhos) para: 11.º almoço/convívio — Guiné 92 — Apartado 42 — 3531 MANGUALDE.

SÓCIOS FALECIDOS

ADULAI EMBALÓ, sócio n.º 8436, natural e residente em Bula, concelho de Cacheu, faleceu no dia 21 de Janeiro de 1989; conforme informação só agora recebida do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais da República da Guiné-Bissau.

Sócio com 45,8 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente na Guiné quando a cluna onde seguia foi atacada.

• **CARLOS FERREIRA CARNEIRO**, sócio n.º 3149, natural e residente em Castro Daire, concelho de Castro Daire, faleceu no dia 23 de Maio de 1992.

Sócio com 65 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Mo-

çambique aquando do re-
bentamento de uma mina
antipessoal.

Deixa viúva a sr.ª D.
Maria Acácia Cardoso, e
um filho.

JOSÉ COELHO ESTEVES, sócio n.º 9108, natural e residente em Remelhe, concelho de Barcelos, faleceu no dia 23 de Maio de 1992.

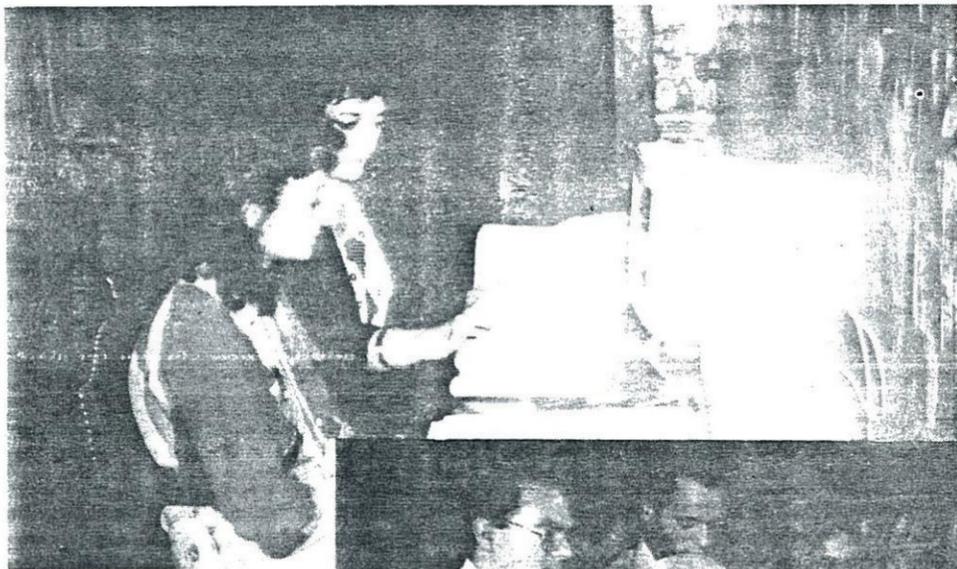
Sócio com 30 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique aquando do re-
bentamento de uma
mina.

DEixa viúva a sr.ª D.
Maria Júlia Fonseca de
Brito, e 4 filhos.

Aos familiares e amigos
destes sócios apresenta-
mos as nossas mais senti-
das condolências.

A NOTÍCIA PELA IMAGEM

É uso dizer-se que uma imagem vale por mil palavras. Não será propriamente o caso, mas aproveitamos este cantinho para, apenas com fotografias e legendas noticiarmos, ou reforçarmos notícias, sobre actividades da ADFA. Assim:



Continua a decorrer o curso de base de dados, integrado no programa FIA/IEFP, e que tem por fim implementar um sistema de informação interactivo não só com as Delegações como também com outros serviços e organizações, nacionais e estrangeiros

No sentido de criar melhor resposta de todos os serviços da Sede às exigências e necessidades próprias, realizou-se, subdividido em dois turnos, um curso de formação profissional



de informática na óptica do utilizador para todos os trabalhadores, em período pós-laboral e que contou, experimentalmente, com a presença de um responsável de Delegação

O Estatuto do Deficiente Militar continua a ser uma das grandes preocupações da ADFA, prosseguindo as reuniões da respectiva Comissão



Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0 3P	979 417\$00	1 383 130\$00
SW 1.2 3P	1 143 980\$00	1 687 067\$00
GL 1.5TD 3P	1 603 215\$00	2 568 661\$00
SW 1.2 4P	1 203 389\$00	1 756 552\$00
SW 1.5D 4P	1 488 685\$00	2 435 807\$00
GL 1.2 5P	1 238 432\$00	1 797 202\$00
SW 1.5D 5P	1 451 933\$00	2 393 174\$00
GL 1.5TD 5P	1 651 933\$00	2 625 174\$00
ASTRA		
GL 1.4 3P	1 485 382\$00	2 299 909\$00
GT 1.4 3P	1 781 109\$00	2 642 952\$00
GT 1.7TD 3P	2 036 477\$00	3 444 983\$00
GL 1.4 4P	1 639 228\$00	2 478 370\$00
GLS 1.4 4P	1 772 561\$00	2 633 037\$00
GT 1.4 4P	1 866 579\$00	2 742 098\$00
GL 1.7DA 4P	1 723 325\$00	3 108 653\$00
GLS 1.7TD 4P	2 027 930\$00	3 435 069\$00
GT 1.7TD 4P	2 121 947\$00	3 544 129\$00
GL 1.4 5P	1 528 117\$00	2 349 482\$00
GLS 1.4 5P	1 596 493\$00	2 583 464\$00
GT 1.4 5P	1 823 844\$00	2 692 525\$00
GL 1.7DA 5P	1 680 590\$00	3 059 080\$00
GT 1.7TD 5P	2 079 212\$00	3 494 556\$00
ASTRA CARAVANS		
GL 1.4	1 630 681\$00	2 468 456\$00
GLS 1.4	1 823 844\$00	2 692 525\$00
CLUB 1.4	1 900 767\$00	2 781 756\$00
GL 1.7DA	1 783 154\$00	3 178 055\$00
GLS 1.7TD	2 079 212\$00	3 494 556\$00
CLUB 1.7TD	2 156 135\$00	3 583 787\$00
VECTRA		
GL 1.7DA	2 270 590\$00	3 743 480\$00
GLS 1.7TD	2 535 622\$00	4 023 992\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	996 768\$00	1 374 924\$00
UNO 45 5P	1 159 699\$00	1 563 924\$00
UNO 60 3P	1 117 554\$00	1 576 924\$00
UNO 60 5P	1 183 071\$00	1 652 924\$00
UNO DIESEL 3P	1 276 979\$00	1 910 924\$00
UNO DIESEL 5P	1 406 281\$00	2 060 924\$00
TIPO 1.400 S	1 460 101\$00	2 218 069\$00
TIPO 1.700 D	1 527 354\$00	2 847 644\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 747 605\$00	2 551 574\$00
TEMPRA 1.4 (carrinha)	1 788 252\$00	2 592 924\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.4 2 P	1 433 947\$00	2 197 153\$00
GOLF CL 1.4+4 P	1 471 324\$00	2 240 510\$00
GOLF GL 1.4 2 P	1 702 529\$00	2 508 708\$00
GOLF GL 1.4 4 P	1 739 906\$00	2 552 065\$00
VENTO CL 1.4	1 620 565\$00	2 413 629\$00
VENTO GL 1.4	1 902 230\$00	2 740 361\$00
PASSAT GL TD	3 179 208\$00	4 536 310\$00
PASSAT CL TD	2 785 523\$00	4 079 635\$00
PASSAT VAR CL TD	3 017 181\$00	4 348 359\$00
PASSAT VAR GL TD	3 383 636\$00	4 773 446\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para a marca Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Terças e sextas-feiras, às 13 horas
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas.
PSICOLOGIA — «Stress de guerra» dr.ª Paula Frazão	Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.
ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.
SERVIÇO SOCIAL Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito	Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE:
Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA
Segundas a sextas-feiras
10H00/14H00
15H30/18H00

SECÇÃO FOTOGRÁFICA:
Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

ASSUNTO: Vendas de viaturas para deficientes

Documentação necessária aos deficientes civis ao abrigo do Decreto-Lei 103-A/90 de 22 de Março 1990

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pela Delegação de Saúde da área: da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação ou de isenção do IRS dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças da área da sua residência.

Documentos necessários para os deficientes das Forças Armadas ao abrigo do Decreto Lei 43/76 de 20 de Janeiro

1 — Declaração da incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

JORNAL
ASSOCIATIVO

BOAS FÉRIAS

NÚCLEOS

Artigo 55.º

O Núcleo é a estrutura mínima da ADFA e tem como função garantir a participação directa dos sócios na vida associativa, através de uma estreita ligação local.

Artigo 56.º

A abertura dos Núcleos é da competência da Direcção Central, sobre proposta da Direcção de Delegação, que os orientará através de um ou mais associados para o efeito nomeados em reunião da Direcção.

(dos Estatutos)

Mais uma destas estruturas de base floresceu na ADFA, fruto da vontade já há muito expressa por um punhado de interessados e activos sócios da zona sul do Ribatejo e criada no passado dia 18 deste mês — como ELO anunciava já no seu último número —, em sessão que decorreu nas instalações da Junta de Freguesia da Aveiras de Cima.

A reunião foi orientada pelo 1.º-secrário da Direcção Central, acompanhado pelo Relator do Conselho Fiscal Central e de um elemento eleito por Lisboa para o Conselho Nacional, tendo, no seu início, e aos sócios presentes, prestado aquele membro da DC informações de diversa índole, após o que o representante do CIC, a integrante da Comissão de Angariação de Fundos para a nova Sede deu esclarecimentos sobre a evolução dos trabalhos da campanha e iniciativa a executar, motivando os participantes à sua colaboração.

Seguiu-se um período de debate com intervenções muito interessan-

tes de alguns dos associados, posto o que, e passando-se ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos, foi decidido, por unanimidade, a criação do Núcleo, naquele momento denominado de «Aveiras de Cima — Concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo».

Os presentes nada opuseram a que a respectiva Comissão Instaladora fosse composta pelos seguintes associados: Manuel Joaquim, Elisiário Seabra, Luís Agostinho, José Ferreira, António Martins, António Duarte e Vidais da Silva, os quais, em data oportuna e em encontro com a Direcção Central, serão empossados na Sede e credenciados como representantes locais da ADFA.

Manuel Joaquim, por todos assumido como Coordenador da Comissão, foi então convidado a fazer parte da Mesa, tendo, no uso da palavra, realçado o significado e importância do que ali tinha acabado de suceder, e em demonstração de que o Núcleo fora criado para congregar os associados da ADFA, na zona, e



sensibilizar as entidades locais para os seus problemas e os das pessoas portadores de deficiência, em geral, comunicou a intenção de realizar, naquela vila ribatejana, uma sessão pública e um convívio associativo, no próximo dia 12 de Setembro.

Encerrada a reunião, foram os presentes convidados para um momento de confraternização em casa de um dos elementos da Comissão recém-eleita, ocasião aproveitada para mais informalmente se falar da ADFA e dos seus projectos futuros.

Embora ainda em fase de preparação, ELO pode já adiantar o programa provável para aquela manifestação associativa:

10.00 h — sessão pública, na Junta de Freguesia, com a presença de entida-

des e colectividades locais;

11.00 h — inauguração de uma exposição fotográfica e documental, na Casa do Povo, sobre a problemática da deficiência, actividades da ADFA e de organizações da região inseridas na mesma área de actuação social;

12.00 h — início do almoço-convívio, nas instalações da mesma Casa do Povo. Para esta jornada, onde se prevê a presença dos Órgãos Sociais Centrais, de representantes dos sócios de Lisboa no Conselho Nacional e de membros dos restantes Núcleos da área da Sede, espera-se forte adesão dos associados residentes naqueles três concelhos, além de todos aqueles que a ela queiram aderir.

Para o almoço, que constará de caldo-verde à ribatejana, sardinhas e febras assadas, devem as inscrições ser feitas, a 500[0 por pessoa (a partir dos 12 anos, inclusive), até ao dia 4 de Setembro, pessoalmente, ou pelo telefone 063/45666 (a partir das 19 h).

Porque até lá não receberás outro ELO, não esqueças que a tua participação é factor de unidade e força colectiva, na certeza que só elas poderão garantir o teu e nosso futuro, nos direitos e dignidade que nos são reconhecidos.

Quotas: adere
ao novo sistema!

Reunião de sócios na Sede

Conforme já anunciado no último ELO, vai realizar-se na Sede, no dia 15 de Setembro, pelas 18 horas, uma nova reunião de associados, pretendendo-se assim manter a dinâmica reencontrada no encontro do passado dia 23 de Junho, e que a vida da nossa Associação exige de cada um.

Ordem de trabalhos proposta é a seguinte:

- 1 — Informações gerais pela Direcção Central;
- 2 — Revisão estatutária e,
- 3 — Relações internacionais.

NÃO FALTES: A TUA PRESENÇA SE SIGNIFICA MUITO PARA A ADFA MUITO MAIS PODE SIGNIFICAR PARA AQUELES DE NÓS, DEFICIENTES MILITARES, QUE NÃO TÊM AINDA RESOLVIDOS OS SEUS PROBLEMAS NEM ENCONTRADA A DIGNIDADE QUE MERECEM!



COLABORANDO

E PARTICIPANDO

ENGRANDECES A ADFA

E PERSPECTIVAS

O TEU FUTURO!

Calendário Associativo:

12SET — Aveiras de Cima: Jornada de sensibilização e convívio associativo;

15SET — Lisboa — reunião de sócios, na Sede.

E vai-se aproximando...

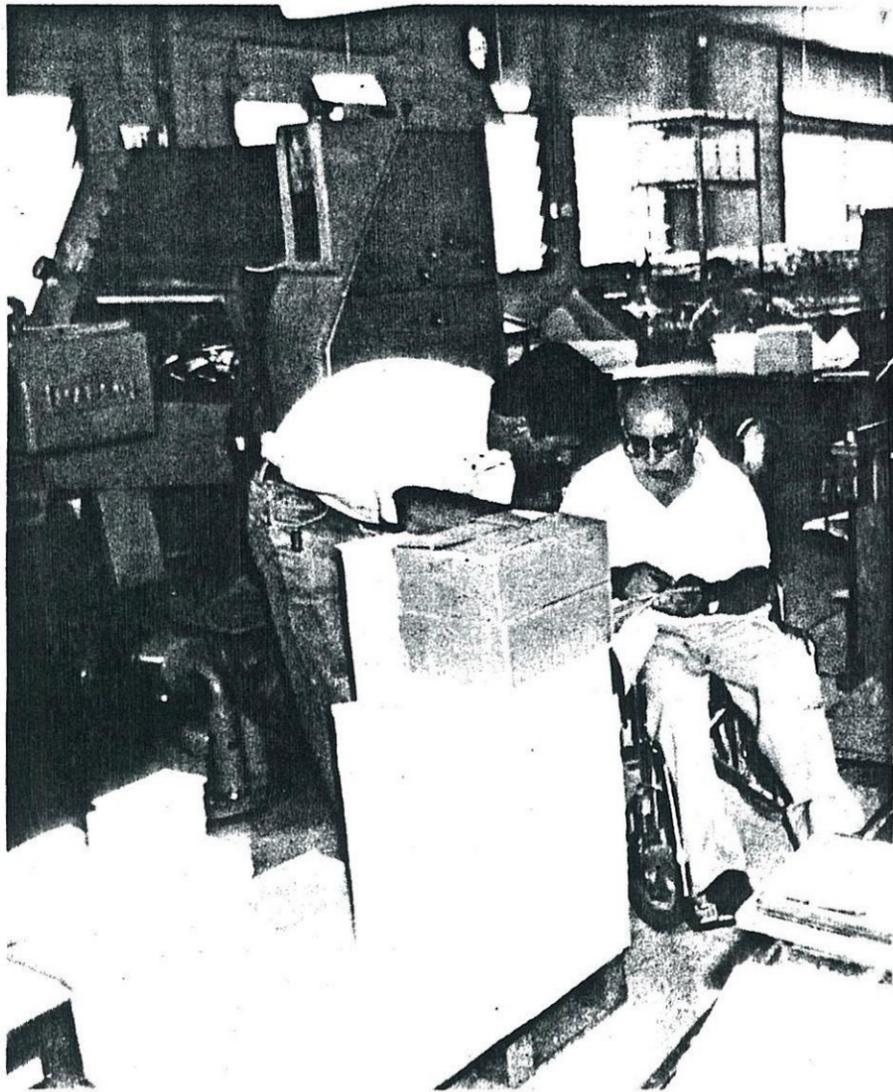
23NOV — 18.º aniversário do ELO.





ELA

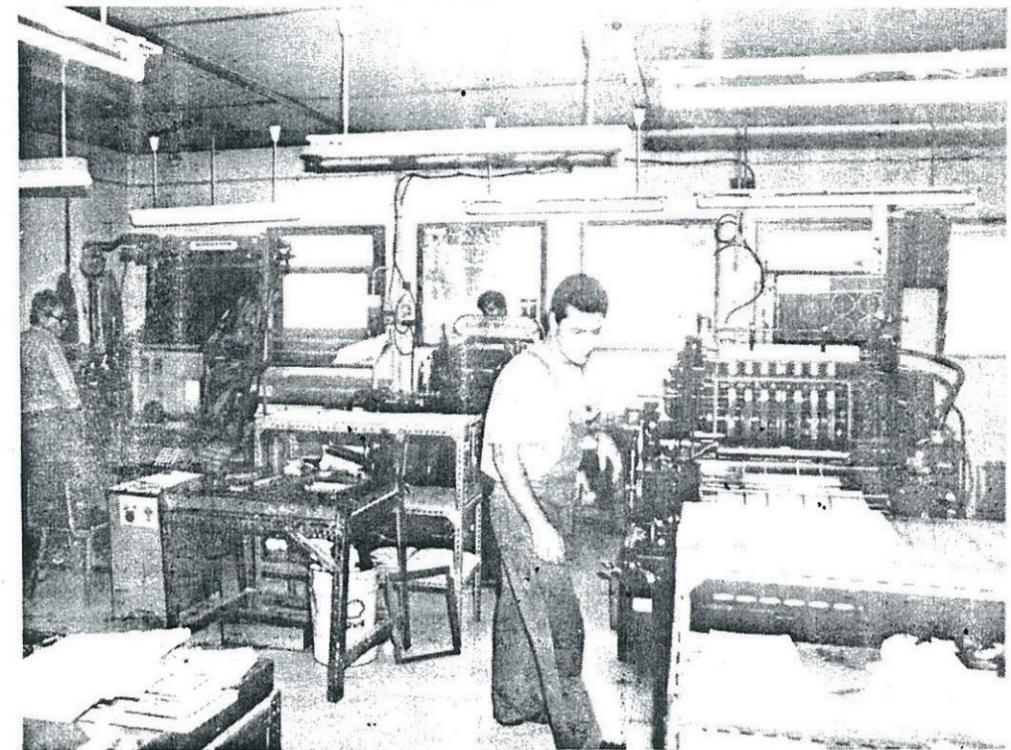
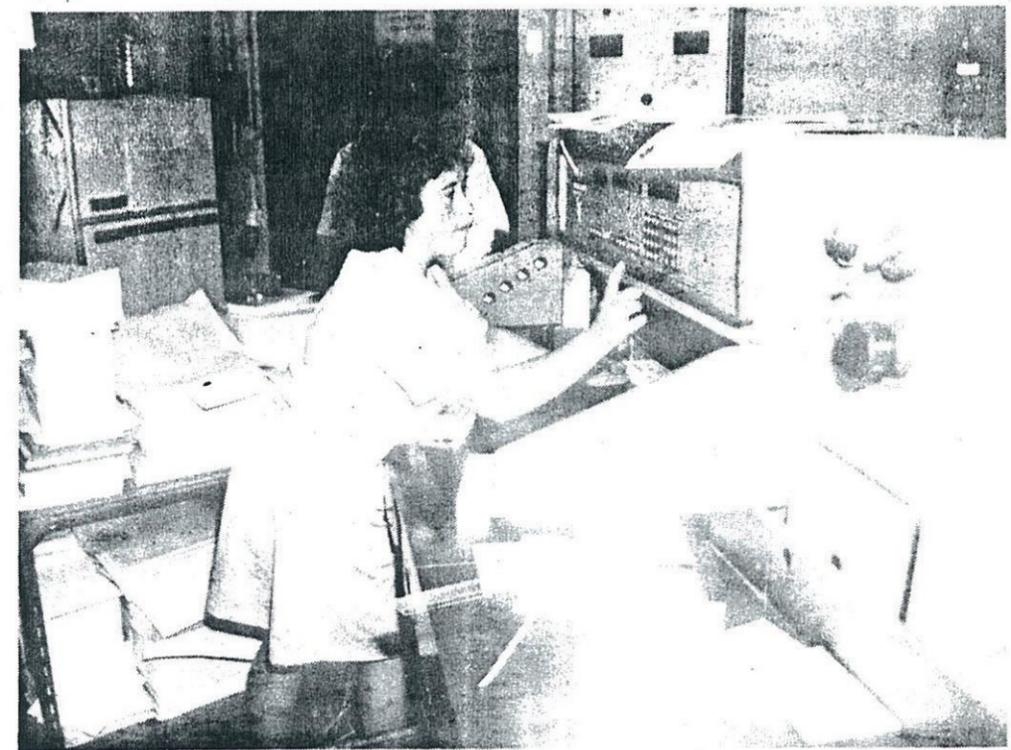
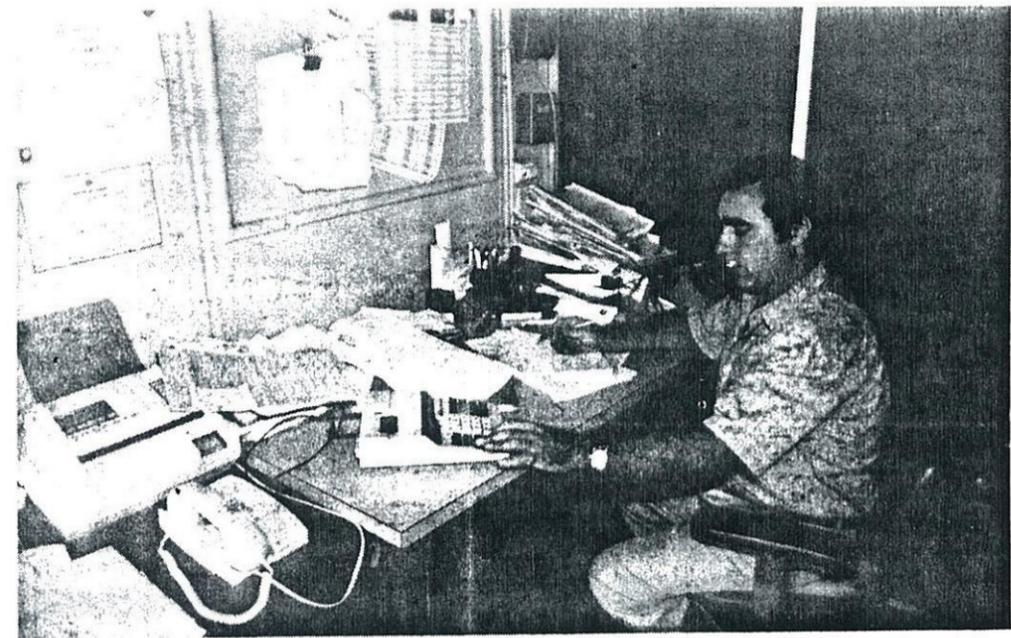
JULHO 1992 — SUPLEMENTO



TIPOGRAFIA - ESCOLA DA ADFA

no desenvolvimento da luta pela dignidade, reabilitação, formação e reintegração da pessoa deficiente, conquista espaço exemplar em trabalho, produção e qualidade.





TIPOGRAFIA-ES O PASSADO, O PRESENTE, AS P

Corria o ano de 1968, havia já alguns de guerra, quando é criada, no Anexo do Hospital Militar Principal, em Campolide, a Tipografia-Escola da Cruz Vermelha Portuguesa, com o intuito de possibilitar a alguns deficientes militares ali internados, particularmente grandes deficientes, a aprendizagem de um ofício compatível e sua futura entrada no mercado de trabalho, sendo um dos seus iniciadores, diríamos «fundadores», Armando **Barra** das Conceição, único elemento que, desde então, aí se mantém, e que foram buscar, na altura, ao Centro de Reabilitação de Vendás Novas.

Embora surgida como projecto bastante positivo, o que é facto é que a instituição apenas ia, na

prática, sobrevivendo e pouco mais, por um lado porque não seria essa a vocação da CVP e por outro porque, malgrado a boa vontade e entusiasmo dos que lá trabalhavam — em média dois profissionais civis e meia dúzia de deficientes —, não era possível fazer melhor no circunstancionalismo existente.

Em 1974, e após o 25 de Abril, é realizado um protocolo entre o Ministério da Defesa Nacional e a Cruz Vermelha Portuguesa, tendo em vista a passagem das instalações, maquinaria e outro equipamento, para a responsabilidade da então recém-criada Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

No entanto, e apesar de terem crescido razoavel-

mente as encomendas, com melhor aproveitamento do material gráfico e do pessoal existente — este que também que houve que aumentar, quer em número quer em ordenados... —, sendo alguns dos seus clientes, no tipo de obra que era possível executar, por exemplo, as Oficinas Gerais de Material do Exército, a Manutenção Militar, o Hotel Ritz, a empresa Marriott, o Clube TAP, o Centro de Reabilitação de Cascais, etc., não era a Tipografia-Escola concorrencial no mercado, dado estar o seu parque velho e, principalmente, desactualizado.

Ultrapassadas várias fases difíceis de gestão na ADFA, é a partir de 1990, E obedecendo até a

No Relatório e Contas da Direcção Central, relativo ao exercício de 1981, era referido, em dada altura: «A dívida da Tipografia à Sede é, em 31 de Dezembro, de 1615 contos, traduzindo a mesma o resultado a mesma o resultado de uma actividade deficitária, nos últimos exercícios. No corrente ano, para além de ter absorvido 709 contos do subsídio atribuído pelo Ministério da Defesa, a Tipografia ainda averbou prejuízos no montante de 1335 contos. Na origem deste resultado, verdadeiramente desastroso, estão concertes uma má gestão dos recursos existentes e um deficiente controlo da sua actividade. A tendência para resultados desta natureza tem de ser combatida a todo o custo, pois, a manter-se, inviabilizará a sua existência. Daí que a Direcção, consciente da necessidade de manter aquela oficina em laboração, vai dar uma atenção muito especial a este caso, estando na disposição de adoptar severas medidas que nos permitam alcançar os resultados pretendidos».

Como consequência das medidas tomadas ao longo do ano de 1982, de entre as quais se destaca a nomeação de um novo responsável e a sensibilidade de todos os trabalhadores para os objectivos visados, foi possível incluir no respectivo Re-

latório e Contas da Direcção a seguinte referência:

«O exercício de 1982 marca o início de uma nova época no campo da actividade comercial da Associação. Para além de se assistir à consolidação da sua estrutura financeira, é com justificada satisfação que constatamos ter sido positiva a actividade da ADFA, em todas as frentes. A Tipografia-Escola passou de um resultado negativo de 1335 contos, registado no exercício anterior, para 397 contos, fruto do empenho posto na reestruturação deste sector de actividade da ADFA, conforme tinha sido objectivo traçado pela Direcção no Relatório apresentado no exercício anterior e que, conforme se pode constatar, foi perfeitamente atingido. Para a sua concretização muito tem contribuído a vontade e a dedicação dos responsáveis e trabalhadores deste centro produtivo que, em bloco, têm desenvolvido uma actividade meritória, dando prova de que a Tipografia é viável e poderá ser autosuficiente, se correctamente gerida.»

1982 foi efectivamente o ano de viragem na história da Tipografia. Entregue em boas mãos, o «barco» navegou sem problemas nos anos que se seguiram, embora sem se arriscar a fazer grandes viagens, porque a maquinaria estava velha e obsoleta.

Entretanto, tinha verificado uma acentuada evolução tecnologia no campo das artes gráficas.

Era necessário tomar novas medidas para viabilizar a continuidade daquele centro produtivo e as alternativas que se apresentavam eram a estagnação e a morte a médio prazo, ou o investimento em novas máquinas, de forma a dotá-lo de condições que lhe permitissem concorrer com as empresas do ramo, instaladas no seu campo de actuação.

Era chegado o momento de dar ao responsável e aos trabalhadores da Tipografia, que a esta vêm dando o melhor do seu esforço, uma prova de confiança pela competência e dedicação que vinham demonstrando ao longo dos últimos anos. E foi isso que a Direcção fez de Fevereiro de 1990, que também nos parece útil transcrever. Perante a pergunta do repórter acerca do significado do investimento que acabava de ser feito por recurso a um empréstimo de leasing para reequipar a Tipografia com maquinaria actual, o tesoureiro da Direcção Central respondeu: «Significa que é preciso ter uma boa dose de coragem para assumir um encargo financeiro de 28 000 contos, embora estejamos confiantes que o vamos recuperar num curto espaço de tempo.

PARTICIPANDO CONS

OLA DA ADFA

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

pectivas emanadas já do Congresso Nacional, sentido de se criarem e estabilizarem fontes próprias de receita, que se tornou uma verdadeira aposta na potencialidade da tipografia e no empenho de todos os seus trabalhadores, através de um investimento de cerca de 1000 mil contos na compra, sistema «leasing», das máquinas, possibilitando a impressão, comissionamento e oferta de produtos não só mais variados, mas também, e principalmente, de uma qualidade superior. Hoje, permite encaixar o maior dos optimismos a transformação que começou por ser, quase amadoramente, um simples local de aprendizagem e trabalho para uns poucos deficientes militando numa escola/empresa

dinâmica, garante, em qualidade e profissionalismo, da capacidade dos seus actuais 14 funcionários efectivos, a que se juntam 9 formandos, contendo-se, no total, entre eles, 14 deficientes (5 grandes deficientes), sendo 9 militares, oriundos não só de Portugal, como também de Angola e de Moçambique.

Sendo gerida pela própria Associação, e por sócios seus, a Tipografia-Escola, pelo melhor do saber, esforço e profissionalismo dos que aí se encontram, quer a ensinar quer a aprender, tem feito trabalhos para diversificados clientes — Grupo 3 I/consultores, Banco de Tóquio, Associação dos Pupilos do Exército, Fundação Oliveira Martins, Câmara Municipal de

Oeiras, Nutriflor, por exemplo, entre muitos outros —, perfeitamente capazes de concorrer com qualquer casa idêntica, desde simples impressos e cartões de visita ou convites, a livros, revistas a cores, brochuras várias, jornais, «relatórios» e mais documentos anuais de empresas, catálogos de exposições e, ultimamente, dado o reconhecimento da sua qualidade, embalagens para a indústria farmacêutica. A terminar este breve historial, afinal complemento do texto/mensagem junto, da Direcção Central da ADFA, a curiosidade de o ELO, no seu início, ter sido impresso na nossa tipografia, assim como o foram alguns títulos que lançaram associados nossos no campo da literatura.

nifica, também, uma dose de risco, mas calculado, porque contamos com segurança as pessoas que aqui trabalham.»

Com esta reestruturação, o salto, em termos de duração e de resultados, foi significativo e pode ser observado no quadro anexo, relativo à evolução da actividade ao longo dos vários exercí-

Tipografia-Escola da ADFA deixou de ser um vedouro de verbas para se transformar numa unidade produtiva que, além de dar ocupação a mais de duas dezenas de trabalhadores, al-

mercado de trabalho das artes gráficas, não tem sido indiferente à actuação do Governo que, para ajudar a Tipografia a fazer face aos pesados encargos assumidos com a aquisição de equipamentos, nos concedeu recentemente, através do Instituto do Emprego e Formação Profissional, dependentemente do Ministério do Emprego e da Segurança Social, um subsídio de 15 000 contos, com o qual foi possível adquirir, posteriormente, mais uma máquina, cujo custo rondou os 8000 contos.

No futuro desenham-se algumas preocupações que se prendem com as instalações para o funcionamento dos serviços.

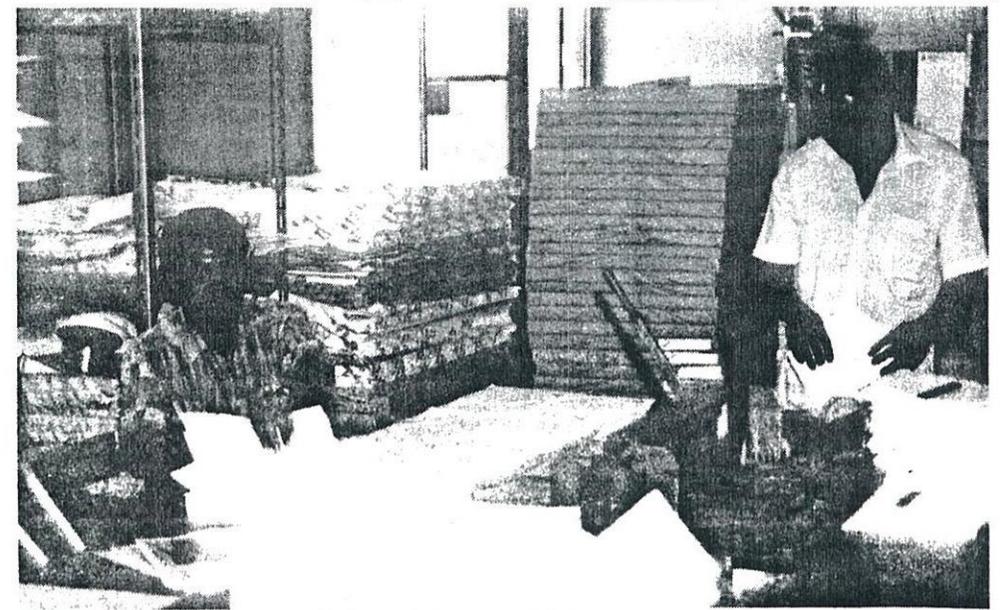
Como é sabido, a Tipografia tem laborado, desde a sua origem na Rua da Artilharia 1, onde está instalado o Anexo ao Hospital Militar Principal. Dado que, obedecendo à estratégia global de alienação do património militar, tem aquele Anexo, vindo a ser progressivamente desactivado, prevendo-se o seu encerramento a médio prazo, a Direcção Central tem também, vindo a fazer sentir aos responsáveis para a área do Ministério da Defesa Nacional, a sua preocupação quanto à procura de instalações compatíveis que permi-

tam dar continuidade a esta actividade sem perturbações, as quais acarretariam prejuízos que é forçoso, a todo o custo, evitar.

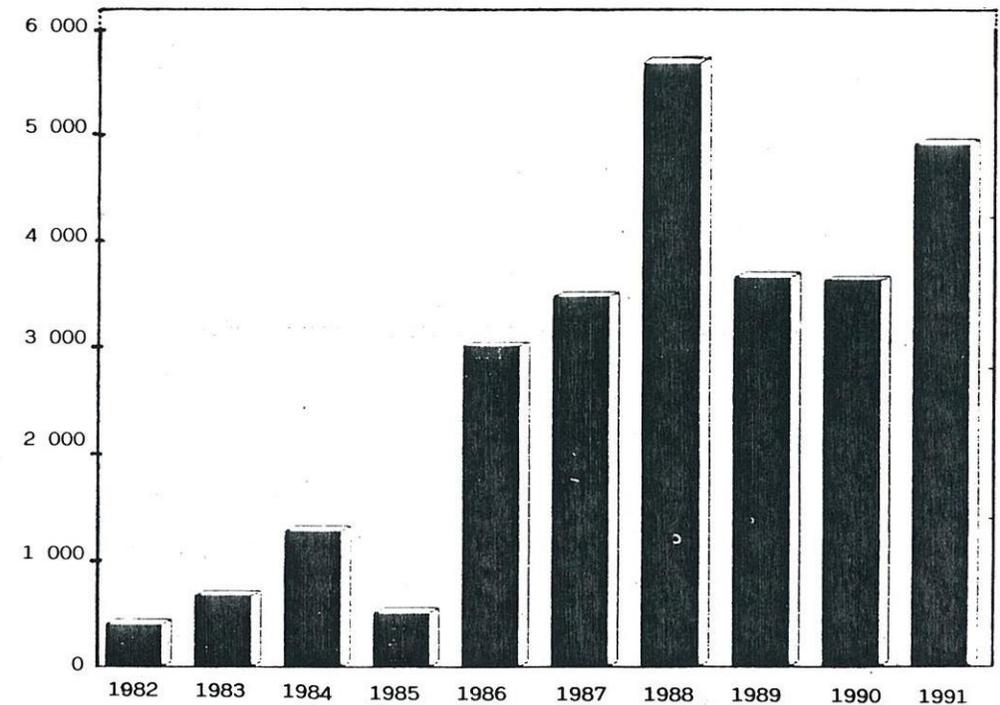
Existem vários aspectos a ter em atenção, como sejam a dimensão das instalações, a localização e facilidades de acesso, o que irá influenciar a possibilidade de manter os actuais clientes, havendo toda a conveniência em não empurrar a Tipografia para a periferia da cidade, prevendo-se que a sua mudança se faça para uma zona o mais perto possível da nova Sede, a fim de que se possa fazer um aproveitamento de energias comuns à actividade associativa. Estamos certos de que o Governo não será insensível a estes problemas, pois da sua resolução adequada resultará, para a ADFA, a capacidade de gerar verbas destinadas a fazer face ao aumento das despesas com o funcionamento da nova Sede, aliviando desta forma os encargos a suportar pelo Ministério da Defesa Nacional.

Uma última palavra de reconhecimento para o responsável e trabalhadores da Tipografia que, com o seu esforço e empenhamento, têm conseguido, da melhor forma, concretizar as decisões da Direcção.

A Direcção Central



TIPOGRAFIA – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS em milhares de escudos



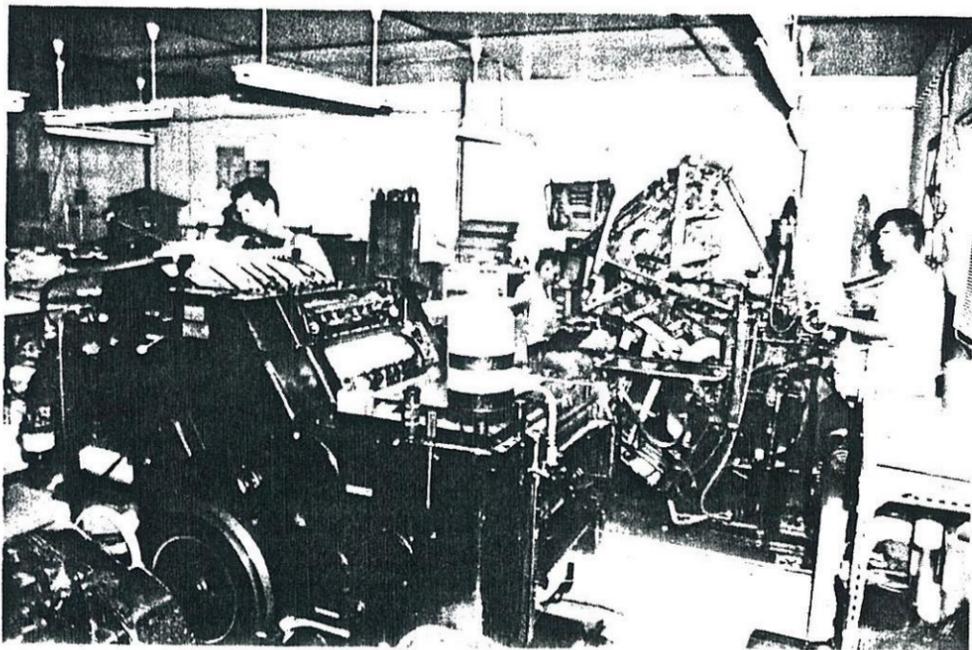
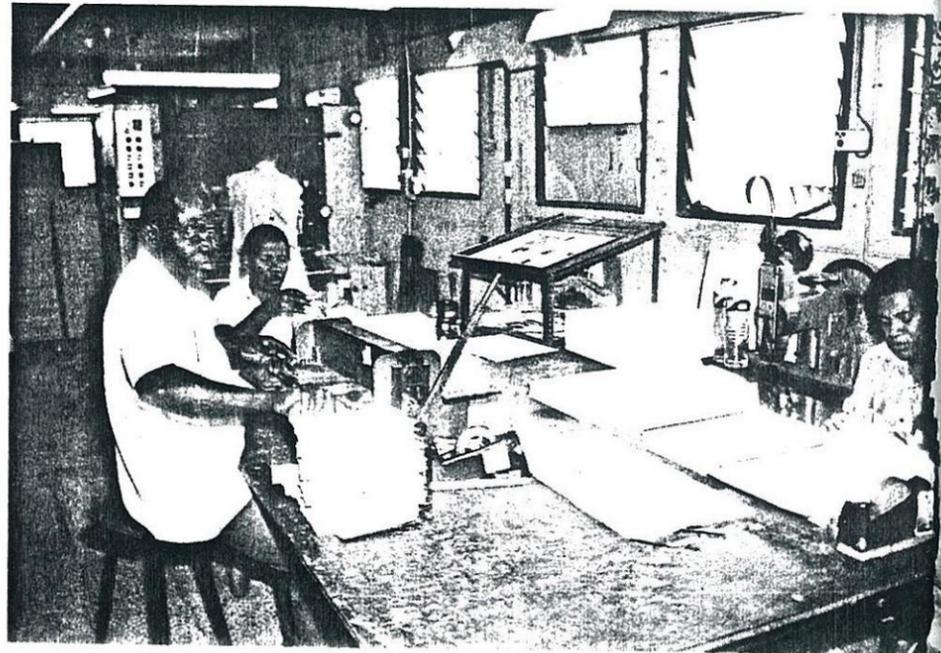
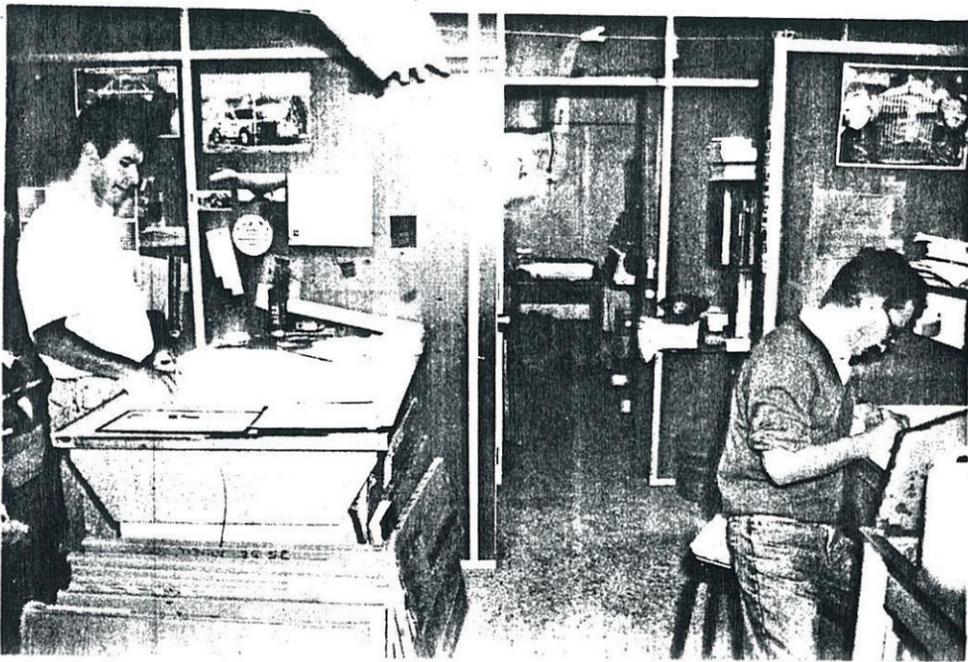
Nota à evolução dos resultados do último triénio:

— em 1989 verificou-se um volume de facturação semelhante ao do ano anterior, pelo que, tendo aumentado os custos administrativos, houve uma quebra acentuada nos resultados;

— em 1990, para além dos resultados apresentados, há a considerar a constituição de amortizações e provisões, no montante de 6000 contos, e uma dotação à Sede, no valor de 1000 contos;

— em 1991 a Tipografia gerou um, «cash-flow» total de 19 706 contos, assim distribuídos: amortizações — 4780, dotação à Sede — 10 000 e resultados — 4926 contos.

RUÍMOS O FUTURO



TIPOGRAFIA - ESCOLA

H. M. P. — Anexo Campolide

RUA ARTILHARIA UM, N.º 107

1200 LISBOA

TEL. 65 35 93 FAX 387 79 24

